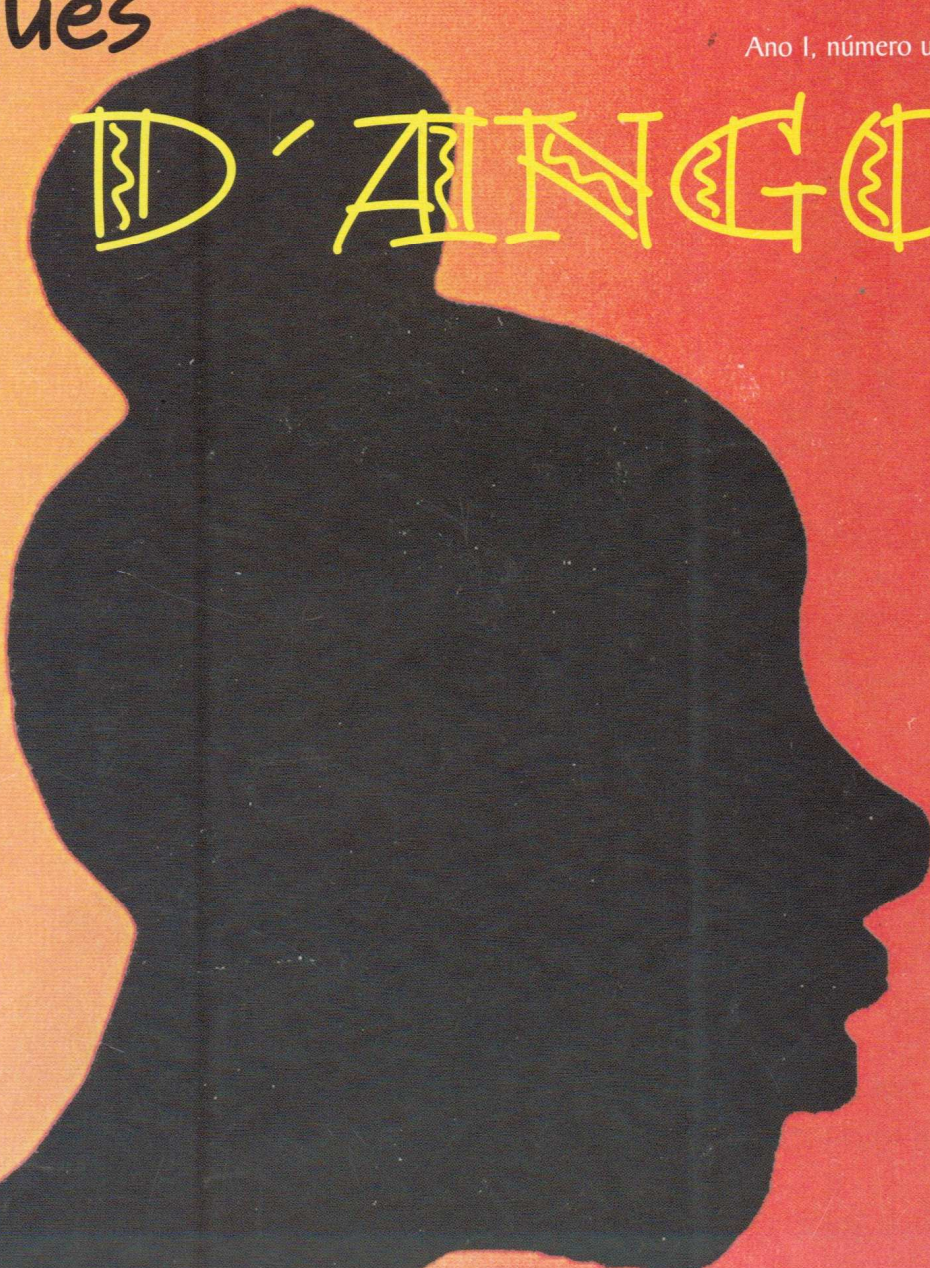


toques

Ano 1, número um, Brasília, novembro de 2003

D'ÁZINGOLA



Entrevista
com Kabengele Munanga

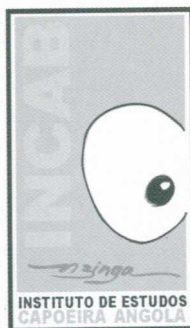
Arte-Educação
por Contramestre Poloca

Racismo no Ensino Superior
por Contramestre Paulinha

Educação

Realização:

Apoio:



www.nzinga.org.br



SECRETARIA
DE ESTADO DE
CULTURA DO DF

FAC
FUNDO DA ARTE
E DA CULTURA

Restaurante Sabor e
Companhia
202 sul - Venâncio 3000
(61) 327-2877

Distribuidora Água Indaiá
(61) 361-5844



EDITORIAL

Tá na mão! Neste segundo número da Toques d'Angola conseguimos registrar uma reflexão coletiva, na defesa de valores como os direitos humanos, a cidadania, o anti-racismo e a igualdade de gênero. É objetivo permanente da Toques d'Angola e nosso firme propósito -sonho? utopia? - ter nela um canal livre para a construção de uma sociedade mais justa e feliz.

O tema deste número é "Educação para Inclusão". Os artigos, entrevistas e reflexões aqui contidos ajudam a ampliar nossa consciência e conhecimento sobre o tema em diversos ângulos. O mote é a Lei federal nº 10.639/03 que determina o ensino da contribuição africana para o Brasil, recentemente sancionada.

A Revista Toques D'Angola é um espaço de expressão do INCAB. Destina-se à divulgação e afirmação de suas referências culturais, de matriz africana banto. Presta-se à discussão das questões que interessam de perto não só a capoeiristas angoleiros e angoleiras, mas a toda comunidade sintonizada com a afro-descendência.

Além de veículo de expressão artística, política, cultural e social da africanidade e da afro-brasilidade, a Toques d'Angola ambiciona ser um instrumento que auxilie na integração efetiva e no conhecimento mútuo, em todos esses níveis, entre o Brasil e os países e povos da África.

Neste número contamos com "pratas da casa" e colaboradores tão ilustres quanto o professor Kabengele Munanga e o historiador Jair Moura, para citar apenas dois, num "jogo" que desmistifica e informa. Ao final, o preconceito e a ignorância saíram perdendo. Boa leitura. Ngunzo!

EXPEDIENTE

Conselho editorial Haroldo Magalhães, Juliana Andrade e Luiz Orlando Carvalho

Fotos Gabi Butcher, Camila Dutervil, Renata Homem, Gabriel Limaverde e Juliana Andrade

Ilustrações Renata Homem (Capa) e J. Cunha

Colaboradores Bruna Zagatto, Camila Dutervil, Contramestre Janja, Contramestre Paulinha, Contramestre Poloca, Cristine Zonzon, Denis, Diogo Marcondes, Edson Lopes Cardoso, Gil Barreto, Jair Moura, Juliana Andrade, Lê Silva, Lucas de Paula, Luiz Carvalho, Maria Caroline Veloso, Sales Augusto dos Santos, Swai Teodoro e Telma Litwinczik

Diagramação e projeto gráfico Pollyana Rosa

Tiragem 1.500 exemplares

ÍNDICE

O Brasileiro "é tão angoleiro quanto eu"	4
A produção da invisibilidade dos negros no Ensino Superior	6
Sem mobilização não vai	9
O advento da República e a repressão à Capoeiragem	10
Ensinamentos na Capoeira Angola em tempos de renovação	14
A formação na tradição africana	16
Cultura afro nas escolas: Entrevista com Kabengele	18
Quem conta um conto, aumenta um ponto...	22
Joga bonito que eu quero aprender	26
FICA	28
lê. pra começar	32
A luta anti-racismo e a Lei nº 10.639	34
Pontos de vista	38
Casca de noz	42



BRASILEIRO

por Contramestre Janja

No ano de 1997, na cidade de Salvador/BA, realizou-se o III Encontro Internacional de Capoeira Angola promovido pela Fundação Internacional de Capoeira Angola - FICA. O evento contou com grande participação de mestres, capoeiristas, artistas, pesquisadores, educadores, adultos e crianças.

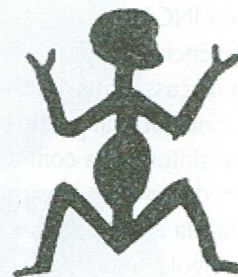
Numa das suas calorosas sessões, o renomado pesquisador africano residente nos Estados Unidos, Prof. Dr. K. Kia Bunseki Fu-Kiau, diretor do Instituto Lemba (NY), versava sobre a importância das tradições de matriz africana no entendimento sobre os elos culturais entre o continente africano e o chamado Novo Mundo.

Quando foi interrompido por um mestre de Capoeira Regional também residente naquele país, contestando as recentes pesquisas acadêmicas sobre capoeira, onde a ligação de mesma com as tradições africanas se davam em detrimento da valorização da sua longa trajetória na história do Brasil. Reportando-se a

uma mulher que estava na platéia acompanhada do seu filho, o pesquisador mostrou-se feliz por saber que naquele "meio", entre os angoleiros, esta ligação se mantinha, a despeito de todas as tentativas de anular-lhe tais vínculos. Disse: "não importa quantas forem as tentativas de separá-los. Serão sempre parte um do outro".

Numa outra entrevista realizada em 1968, quando indagava Mestre Pastinha sobre a recém "criada" Capoeira Regional por Mestre Bimba, uma jornalista ouviu de Pastinha, conhecedor do alcance que tais

História, Arte e Literatura, impõe-nos a necessidade de conhecer e "revelar", como quem abre um baú de



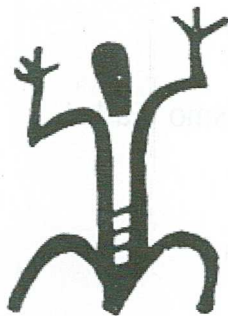
muitas preciosidades, códigos civilizatórios africanos até então jogados para baixo de muitas outras questões, chaves preciosas ao reconhecimento destes saberes na base do desenvolvimento intelectual dos brasileiros. Um dos exemplos mais marcantes pode ser dada na apor-tação das línguas banto (banto-falantes), marcando para sempre a língua portuguesa no Brasil.

Num rápido e divertido exercício (porque é prazeroso aprender), basta que suspeitemos das "nossas" palavras que possuam como sílabas iniciais, ba, ca, cu, fu, ma, mo, um, qui...caçula, capanga, candango, cachimbo, curinga, cuca, fubá, maxixe, macumba, quiabo; ou a presença dos grupos consonantais mb, nd, ng... manda, samba, mambo, cambono, bunda, dendê, camundongo, tanga, sunga, catinga...ginga; ou ainda as terminações aça, ila, ixe,



tradições têm na vida de quem as vive(u), a seguinte resposta: "Bimba é tão angoleiro quanto eu".

O entendimento das nossas várias africanidades converte-se num debate fundamental para a educação brasileira no momento atual. A assinatura da Lei 10.693 (09/01/2003), que torna obrigatório o ensino da história e das culturas africanas e afro-brasileiras nos estudos de



"é tão

ANGOLEIRO

quanto eu"



ute, uca...macaca, quizila, catita, maxixe, bazuca, muvuca.

Entretanto, quando tentamos responder alguns problemas centrais que aqui se apresentam, perde-se o sentido da diversão, e em seu lugar surge a consciência das muitas necessidades a garantir que a aplicação da referida Lei seja, de fato, não apenas um instrumento político de reconhecimento à história e memória dos africanos e seus descendentes, no Brasil, mas também a oportunidade de, reconhecendo-se, os/as brasileiros/as encontrem elementos de eliminação do racismo e superação das desigualdades por ele produzidas: Por que omite-se estas bases da cultura? Que perdas estão presentes na sua reconstrução folclorizada, sobretudo no campo da educação? Que fazer diante das perdas no campo da formação da identidade, e seus resultados sobre os níveis de auto-estima (individual e coletiva)?

A Capoeira Angola é um dos mais significativos exemplos das africanidades presentes no Brasil. Sua história é a história da resistência e das lutas destes homens e mulheres, cujos elementos são fundamentais à derrubada dos paradigmas eurocêntricos que estão na base do nosso sistema oficial de ensino portanto, necessária às transformações que nos

movimenta em direção a novas práticas pedagógicas, democráticas e valorativas da diversidade, atuando



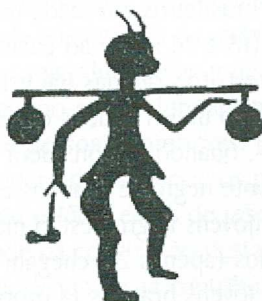
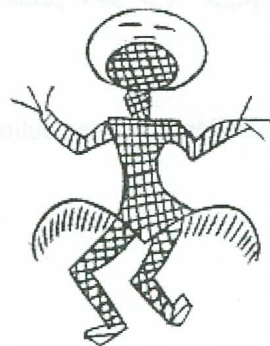
como princípio identitário da nossa africanidade ou, mergulhando ainda mais profundamente, da nossa bantunidade. Nos movimenta porque, como nos ensinou a Dr. Fu-Kiau naquela ocasião, "movimentar é aprender", corporal, filosófica, estético...religiosamente. Como conhecimento, requer reconhecimento histórico, não regulamentação profissional.

Assim, no encantamento de

discípula da filosofia da "escola pastiniana", ponho-me a refletir sobre a grandeza de tantos jongos, maracatus, sambistas...capoeiristas, sob a certeza de compreender a noção do gingar: o brasileiro "é tão angoleiro quanto eu".

São Paulo, 03 de setembro de 2003.

¹Angoleiro: termo usado no Brasil para designar os iniciados nos candomblés da nação Angola, ou na Capoeira Angola.



Rosângela Costa Araújo, con-
tramestre Janja é doutoranda em
Educação e coordenadora do
INCAB São Paulo

A produção da

INVISIBILIDADE

dos

NEGROS

no

ENSINO

SUPERIOR

por Contramestre Paulinha

Algumas pesquisas recentes têm confirmado o que já vinha sendo denunciado por organizações anti-racistas brasileiras: que a juventude negra está, praticamente, excluída do ensino superior.

Um estudo realizado em 2001, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre desigualdade racial revela que, se o acesso dos jovens brasileiros em idade universitária (18 a 24 anos) ao ensino superior é restrito - apenas 6% estão frequentando universidades ou faculdades -, quando se considera separadamente negros e brancos é nítido que os jovens negros estão mais excluídos (apenas 2% chegam lá) do que os jovens brancos (a proporção chega a 10%).

Tratando, especificamente, das universidades federais, que são referências na produção de conhecimento científico no Brasil, pesquisas coordenadas por Delcele Queiroz, no Programa A Cor da Bahia (UFBA), têm mostrado que esta exclusão racial não se dá de forma equilibrada nas várias carreiras ou cursos, chegando a níveis máximos nas carreiras/cursos de maior prestígio.

Para explicarmos tal fato é necessário levar em conta o processo elitista que caracterizou a constituição do ensino superior no Brasil. No sec. XIX, surgiram as primeiras faculdades de Medicina, Direito e Engenharia do Brasil, criando oportunidades para um contingente pequeno de estudantes, em sua maioria, descendentes das elites locais.

No sec. XX, surgiram as primeiras universidades, mas o acesso continuou restrito, quadro que somente se alterou a partir dos anos 80, quando o sistema de ensino superior se tornou mais amplo, mas continuou recrutando estudantes, basicamente, nas classes médias.

Esta concentração de estudantes brancos nas carreiras de maior prestígio tem um impacto sobre a reprodução dos estereótipos que associam os negros à menor competência ou capacidade intelectual, se restringindo as suas contribuições às atividades artísticas e esportivas.

Nós, capoeiristas, conhecemos bem de perto essa história quando vemos nossa imagem sempre dissociada da atividade intelectual e acadêmica. O cerne da questão, portanto, é que quando se trata da produção da invisibilidade dos negros no

ensino superior existe um problema de representação não apenas estatística, mas também simbólica.

No mesmo diapasão, vale destacar que a produção desta invisibilidade se dá também pela presença irrisória de professores negros em atividade e, principalmente, exercendo posições de destaque na administração acadêmica. Por exemplo, ao longo de toda a história da Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Estado que é reconhecido como o mais negro do Brasil - apenas homens brancos ocuparam o cargo de Reitor.

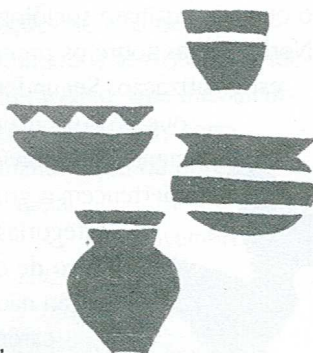
Na ausência de professores e administradores acadêmicos negros nas universidades faltam modelos que poderiam servir de referência (guia) e estímulo para que jovens negros e mestiços, oriundos de famílias de baixa renda, optem pela carreira acadêmica. **Sem dúvida, este é um dos fatores explicativos para a chamada auto-exclusão, ou seja, o fato de que apenas uma pequena proporção de estudantes negros que concluem o ensino médio se candidatam aos processos seletivos realizados pelas universidades.**

De modo similar, a tendência de que a maior proporção de estudantes universitários negros não optem pelos cursos de bacharelado, não se explica apenas pelo cálculo racional que levaria os estudantes a concluir que as chances reais de aprovação nestes processos seletivos seriam inexistentes, mas resulta também desta invisibilidade material e simbólica dos negros nos espaços acadêmicos e de produção do conhecimento científico.

Nesse ponto, seria interessante lembrar que os currículos das instituições de nível superior também contribuem para a produção da invisibilidade dos negros, na medida em que são raros os programas de estudo e fóruns de discussão permanentes que tratem com legitimidade institucional de conteúdos relaciona-



S. Cunha



dos à
África,
Direitos
Humanos,
Dinâmica
Cultural e Política
Afro-Brasileira.

Com tudo isso, as instituições de ensino superior contribuem decisivamente para a exclusão e invisibilidade dos negros nos espaços acadêmicos, não se justificando afirmar que esta exclusão é produzida apenas fora da universidade, ou seja, durante as trajetórias escolares (no ensino fundamental e médio) e pessoais anteriores. E sendo assim, quero destacar que os professores não estão isentos de responsabilidade na construção desta invisibilidade, dando a sua contribuição àquilo que José Jorge de Carvalho,



J. Cunha

professor da Universidade de Brasília, denomina de 'ação negativa'.

A partir da minha experiência como professora universitária, e dos relatos que têm sido feitos por outros professores e estudantes, é possível afirmar que ainda persiste entre os professores uma interpretação superficial e errônea acerca dos problemas que atingem, especificamente, os estudantes negros: imagina-se que estes problemas são - apenas - de ordem econômica; que estes estudantes têm uma formação básica precária porque freqüentaram escolas públicas e que, dificilmente, realizarão cursos de Bacharelado, Mestrado e Doutorado; prevalece uma expectativa negativa muito grande em relação à performance acadêmica destes estudantes.

A essa altura, é útil lembrar o que nos ensina o sociólogo alemão Norbert Elias sobre os processos de estigmatização. Segundo ele, o

que provoca maior sofrimento nos indivíduos que pertencem a grupos ou

categorias que são alvo de estigmatização não é a

carência material, mas

sim, a falta de reconhecimento e de valorização. As conse-

quências

destas entre os jovens talvez sejam mais

profundas que entre os adultos, visto

que no caso dos

primeiros a auto-imagem ainda está em plena construção e as expectativas em relação ao futuro são enormes.

Na sua relação com os estu-

dantes negros e oriundos de outros grupos ou categorias que são alvo de estigmatização na sociedade, os professores precisam levar em conta esse aspecto crucial, ampliando a sua compreensão sobre a problemática do racismo e intervindo vigorosamente no sentido de alterar esse cenário. Isso implica em: i) rever a interpretação superficial que têm sido oferecida para os problemas que afetam, especificamente, os estudantes negros; ii) deslocar a representação dominante do estudante universitário ideal (branco, de classe média, oriundo de escolas particulares, do meio urbano); iv) repensar os programas, currículos e procedimentos de avaliação levando em conta as características, interesses e necessidades em termos de formação que, de fato, os estudantes têm, e não aquelas que estes deveriam possuir em termos ideais.

As atitudes defensivas dos educadores diante de qualquer discussão sobre o racismo e sobre as estratégias para promover a igualdade racial só tornam a situação mais complicada. Levando em conta que não há dissociação entre indivíduo e sociedade, não faz sentido reconhecer que há racismo na sociedade, mas negar que individualmente somos racistas. O melhor seria assumir o compromisso pessoal com o anti-racismo, reconhecendo que nos tornamos o que somos dentro de uma sociedade que é racista e, portanto, não estamos infensos a ele.



Paula Cristina da Silva Barreto é Coordenadora do Instituto Nzinga - Salvador, socióloga e professora da Universidade Federal da Bahia
Contatos: paulacbarr@uol.com.br
paulacba@ufba.br

Sem

MIDRILIZAIÇÃO

não vai

por Edson Lopes Cardoso

Em janeiro deste ano, o presidente Lula sancionou a Lei 10.639, que introduz os conteúdos de história e cultura afro-brasileira nos currículos de primeiro e segundo graus.

Essa lei é, a rigor, uma disposição relacionada à diversidade cultural e busca promover o pluralismo em nossas escolas, moldadas desde sempre pelo eurocentrismo de matriz colonial. Uma pluralidade, portanto, sempre negada quando referida a negros e índios.

A lei 10.639 é resultado de um longo e continuado esforço do Movimento Negro. Antes da iniciativa que lhe deu origem na Câmara dos Deputados, tivemos muitas outras tentativas frustradas, encaminhadas

por Joaquim Beato, Abdias Nascimento, Paulo Paim, Benedita da Silva.

Os afro-brasileiros têm sido sistematicamente desrespeitados em seu direito a uma educação de qualidade e a uma formação que leve em conta os valores de sua identidade cultural.

Toda pessoa tem o direito de conhecer a história de seu grupo racial ou étnico e de realizar suas próprias práticas culturais. Como a identidade só se afirma na história, podemos imaginar o estrago feito em várias gerações de afro-descendentes, submetidos às distorções ideológicas do racismo, que lhes inculcou "verdades" históricas convenientes à manutenção da opressão racial.

Em novembro de 2001, em Paris, a Conferência Geral da Unesco aprovou a Declaração Universal sobre Diversidade Cultural, que reafirma os direitos culturais como parte integrante dos direitos humanos. É, portanto, grave atentado aos direitos humanos dos afro-brasileiros negar-lhes o acesso a sua história e aos valores de sua cultura.

Mas a Lei 10.639 não é boa apenas para os afro-brasileiros. O documento da Unesco declara que o pluralismo cultural constitui a resposta política à realidade da diversi-

dade cultural. Uma educação contra o racismo só pode ser construída "no reconhecimento da diversidade cultural, da consciência de unidade da humanidade e do desenvolvimento dos intercâmbios culturais". Os não-negros também só têm a ganhar com a crítica e a superação dos estereótipos racistas, que impedem atitudes de tolerância e o diálogo entre os diferentes grupos raciais.

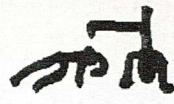
O que preocupa é a distância entre lei e realidade. Entre proclamação de direitos e direitos efetivamente usufruídos. Há um abismo aí. O MEC montou um grupo de trabalho e esta é uma prática dos governos extremamente desgastada. Parece mais uma medida protelatória, que produzirá papéis e recomendações que nunca chegarão à realidade de estados e municípios.

O Movimento Negro vai ter que lutar muito para transformar a legislação em realidade política concreta. Acho que devemos acionar o Ministério Público. Os direitos dos afro-brasileiros estão sendo violados com o não cumprimento dessa legislação. Não vejo outro caminho. Teremos que processar autoridades, mobilizar. Só se mobiliza com luta e nós temos pelo que lutar.



Edson

Edson Lopes Cardoso é mestre em Comunicação Social e presidente do Ìrohìn.



O advento da

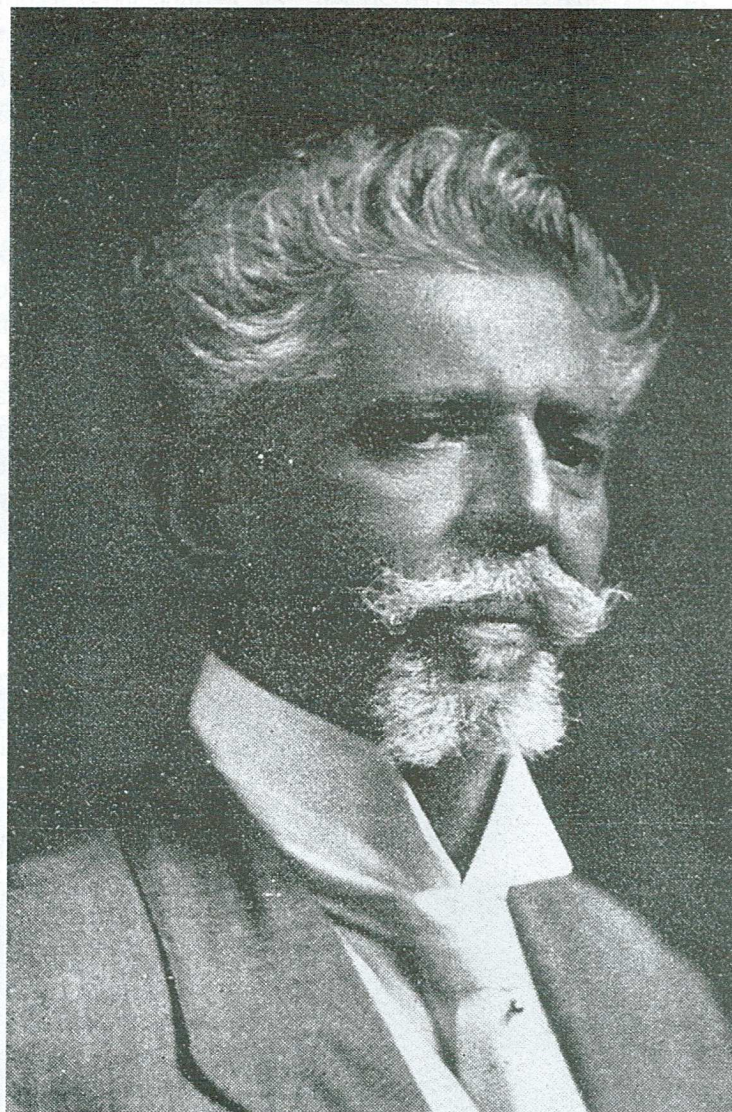
REPÚBLICA

por Jair Moura

A chegada da República foi um período turbulento da história do Brasil. A prática da capoeira passou a ser sistematicamente reprimida, sob o argumento de que era uma ameaça à ordem pública. Grupos de capoeiristas rivalizavam entre si e muitas vezes serviam de massa de manobra para as práticas violentas da elite política. Já se sabia que milhares de negros tinham sofrido por décadas penas de prisão e açoite por causa da capoeira. O artigo de Jair Moura conta histórias daquele tempo e mostra como uma parte da elite branca estava envolvida com a capoeiragem, inclusive com a surpreendente revelação de que seu maior repressor, Sampaio Ferraz, era capoeirista "amador".

Dunshee de Abranches, nas "Atas e Atos do Governo Provisório", informa que o Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, foi o mentor das ações coercitivas contra os capoeiras, que eram os responsáveis pelos tumultos e agressões registrados nas festas populares, realizadas na cidade do Rio de Janeiro. Ficou combinado que a desolada, inóspita ilha de Fernando de Noronha, seria o local do desterro desses elementos, que ameaçavam a segurança dos transeuntes. Para que essa campanha fosse coroada com êxito, o presidente da República deu carta branca a João Batista de Sampaio Ferraz.

Nesse tempo, um dos mais notórios capoeiras era José Elísio dos Reis (Juca Reis), abastado, moço, e irmão do segundo Conde de São Salvador de Matosinhos, proprietário de um órgão da imprensa carioca, O País, que, sob a direção de Quintino Bocaiúva, tinha dado grande impulso à causa republicana, contribuindo



João Batista de Sampaio Ferraz

REPRESSÃO



e a repressão à

CAPOEIRA GEM



Luís Morton Barreto Murat

CAPOEIRA

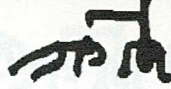
do decisivamente para a derrocada da monarquia. Contumaz provocador de desordens, e delitos, Juca Reis estava em Portugal, quando se desenvolveu no Rio, a implacável caçada, visando retirar da circulação os capoeiras.

Sampaio Ferraz comunicou ao Conde de Matosinhos, que não seria tolerada a presença de Juca Reis na cidade do Rio, enquanto estivesse à frente da Chefatura de Polícia. O Conde de Matosinhos minimizou o aviso de Sampaio Ferraz, e confiado na promessa de Quintino, então ministro das Relações Exteriores, que a liberdade de Juca Reis, não seria ameaçada, devido ao seu apoio, alertou o irmão desordeiro que podia retornar.

Juca chegou no dia 08 de Abril de 1890, e, sem tardança, dirigiu-se para a rua do Ouvidor, postando-se com arrogância, na entrada da Confeitaria Pascoal. Inflexível, Sampaio Ferraz mandou prendê-lo, e a sua detenção provocou uma crise ministerial, que redundou no pedido de demissão de Quintino Bocaiúva, quando constatou que tinham sido infrutíferas as suas tentativas de liberação do capoeira granfino.

Deodoro recusou atender a solicitação de Quintino, e continuou prestigiando Sampaio Ferraz, o mantendo na Chefatura de Polícia. O assunto foi ventilado várias vezes nas reuniões do Ministério, e Juca Reis foi finalmente deportado para Fernando de Noronha, onde ficou vários meses e, posteriormente, seguiu para a Europa. Irritado com o acontecido, o Conde de Matosinhos encerrou no Brasil as suas transações comerciais, indo residir em Portugal.

O Chefe de Polícia, Sampaio Ferraz, era capoeira amador. Certa vez, no Café Inglês, discordou do poeta Luís Murat, seu amigo, sobre a deportação dos capoeiras. Murat era secretário-geral do Governador do Estado do



REPRESSÃO

Rio, Francisco Portela. Os dois se empenharam numa luta, em que tentavam demonstrar qual era o mais hábil, o maior conhecedor dos segredos, dos passes inerentes à capoeiragem. Luís Murat provou ser o mais adestrado. Foi o vencedor, pois com uma rasteira impeliu Sampaio Ferraz de encontro a uma mesa de mármore, do café, causando-lhe um ferimento na cabeça. Isto, porém, em nada contribuiu para quebrar a camaradagem dos adversários.

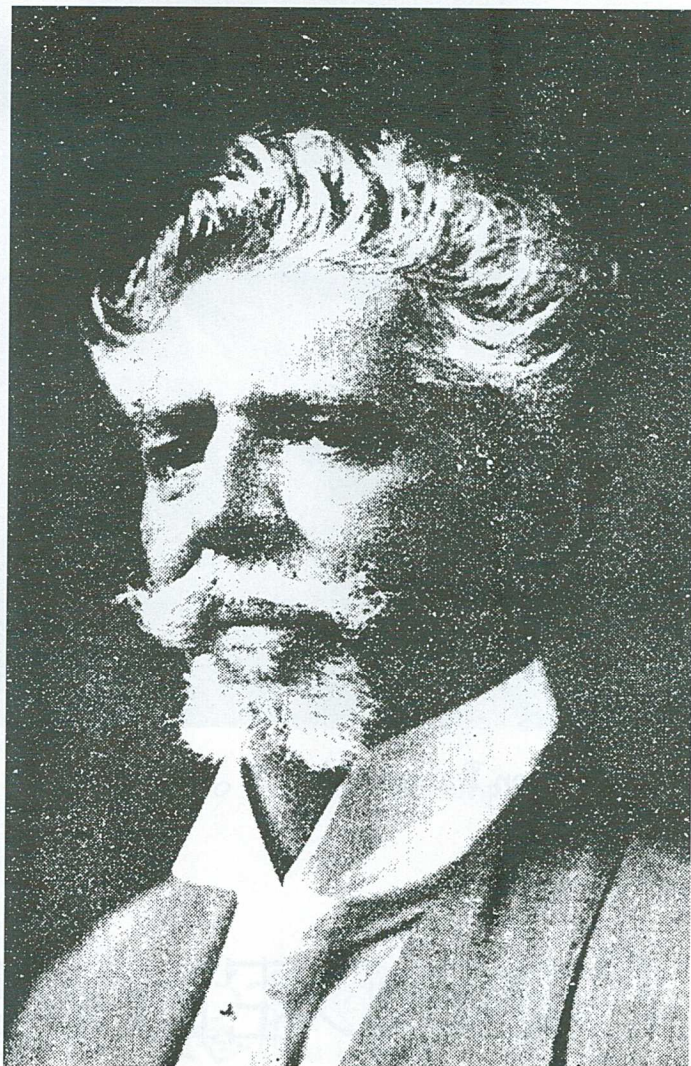
Carlos Eugênio Líbano Soares, em seu trabalho "A Negrada Instituição - Os capoeiras no Rio de Janeiro", aborda esse episódio, observando: "Talvez o motivo da contenda tenha sido a prisão de seu irmão, Pedro Murat Pilar, que apesar de ser republicano militante fora detido como capoeira no dia 10 de Janeiro de 1890".

J. Paula Ribeiro, num artigo "Nagoas e Guaiaimús", divulgado pela revista Vida Policial, em 23 de Janeiro de 1926, recheado de informações curiosas sobre as nefastas atividades dos capoeiras, e a repressão desfechada por Sampaio Ferraz, sublinha que muitos capoeiras que se distinguiam pela periculosidade, deportados para Fernando de Noronha, posteriormente retornaram à cidade do Rio, e depois do corretivo que lhes foi infligido pelo ativo, operoso, incansável Chefe de Polícia, modificaram radicalmente as suas atitudes agressivas, e reintegrados à sociedade, tornaram-se cidadãos úteis na comunidade carioca.

Outro fato lembrado por J. Paula Ribeiro, foi uma desavença entre um ancião e um condutor de bondes, da Companhia Carris Urbanos, ocorrido na linha Lavradio - Carcelar, que, obedecendo às normas regulamentares, tentava impedir que o velho transportasse na viatura, uma enorme cesta de flores para ser depositada na necrópole. Era dia de finados.

A discussão entre os dois causou engarrafamento. A fila dos bondes iniciava-se na rua do Carmo, prosseguia na Sete de Setembro, e estendia-se até a rua Primeiro de Março. Muitos passageiros, irritados com esta paralisação, protestaram energicamente. Este tumulto provocou a intervenção do inspetor J. Paula Ribeiro, que ponderou ao velho que a sua atitude era responsável pelos transtornos no trânsito.

João Batista de Sampaio Ferraz, cursou a Faculdade de Direito de São Paulo, foi promotor, jornalista, dirigiu o Correio do Povo, que havia fundado, militando destacadamente na propaganda republicana. Depois da abolição da monarquia, exerceu o cargo de Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, quando se celebrou pela campanha desfechada que visava a erradicação, na capital, dos capoeiras que eram encaminhados para Fernando de Noronha. Nesta ocasião, os deportados o apelidaram de "Rapa Coco", pois sistematicamente mandava remover a carapinha dos aprisionados.





CAPOEIRA

Luís Morton Barreto Murat, nasceu em Itaguaí, estado do Rio de Janeiro, em 4 de Maio de 1861 e faleceu em 3 de Julho de 1929. A sua obra poética abrange três volumes epigrafados Ondas. Jornalista e parlamentar, foi eleito várias vezes deputado federal. Capoeira amador, demonstrou a superioridade da sua técnica, quando se empenhou numa disputa amistosa, já referida, no Café Inglês, com Sampaio Ferraz, que não resistiu ao vigor dos seus golpes, sendo desequilibrado com um cambapé (rasteira), que o arremessou a uma mesa. O choque, feriu, na cabeça, o Chefe de Polícia.



Solicitou nesta oportunidade, que o brigão saísse do veículo, e prontificou-se em arranjar uma pessoa que levasse a aludida cesta. O velhote recusou o oferecimento, e empenhou-se em luta corporal com os soldados que acompanhavam J. Paula Ribeiro que, sucessivamente, eram derrubados pela rasteira e pelo rabo-de-raia. Finalmente dominado, e levado para delegacia, aí, o idoso acabou confessando que tinha estagiado em Fernando de Noronha. Militar no Partido Conservador, tinha sido baliza de bandas marciais, e um dos dirigentes da facção dos Nagoas. Desculpou-se pelas suas investidas contra os militares, e foi liberado.

Durante o Governo Provisório, as medidas adotadas por Sampaio Ferraz provocaram um declínio acentuado da capoeiragem, cuja agressividade foi contida no decorrer dos anos subsequentes à sua gestão, mas não totalmente extirpada. J. Paula Ribeiro, destaca que na vigência do regime constitucional os capoeiras que retornaram à cidade do Rio não mais constituíram as maltas, que proliferavam anteriormente. Mantiveram, contudo, o jogo ou a escola, e os elementos que integravam a corporação policial, com relativa frequência, enfrentavam um ou mais capoeiras desgarrados, egressos dos grupos ou batalhões, que campeavam no passado.

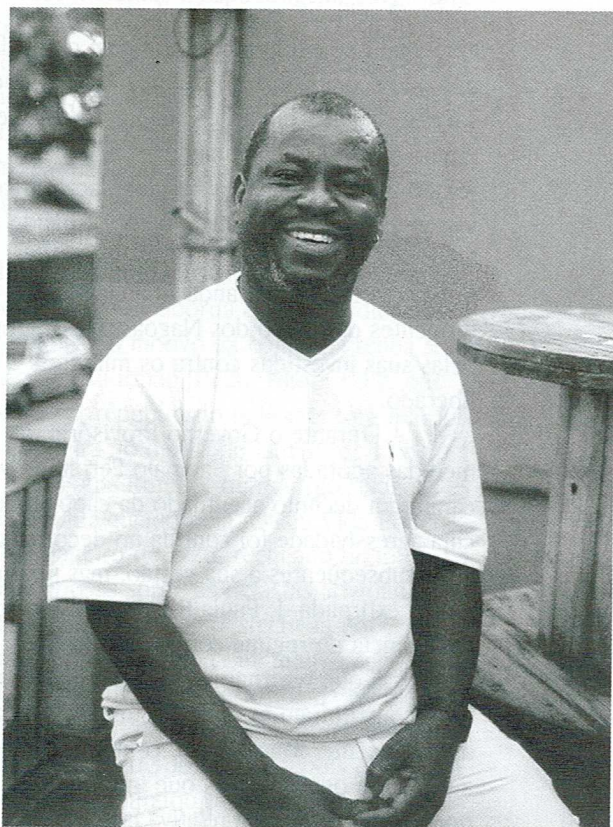
¹(Ver Leôncio Correia. "A Boemia do meu Tempo - Crônica. Edição do Estado do Paraná, 1955).



Jair Moura, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, ensaísta, é autor de diversos trabalhos vinculados à capoeiragem.

por Maria Caroline Veloso

Ensinos na Capoeira Angola em tempos de



Tata Mutá Imê

Esperança tornou-se um termo bastante referido e até desgastado desde as últimas eleições. Ter esperança não é apenas idealizar um Brasil utópico onde todas/os tomam consciência dos preconceitos e das injustiças que presenciemos e praticamos diariamente com normalidade. A lei nº 10693/03, aprovada em janeiro desse ano - que torna obrigatório o ensino da história e das culturas africanas e afro-brasileiras nas escolas -, é uma das idealizações que podem

dar um novo rumo ao sentido da palavra "esperança".

É a possibilidade do país (re)conhecer suas raízes e suas continuidades. Reconstruir a memória e a identidade de uma imagem marginalizada de um negro escravo, esquecido nas páginas dos livros de história. Considerá-las, agora, a partir de um rico universo onde as culturas africanas e afro-brasileiras são representadas pelas heranças banto e tantas outras, que não se perderam em um museu empoeirado, mas "permanecem" em constante renovação.

Na comunidade da Capoeira Angola, muitos grupos vivem o universo banto de forma espiritual e política em seu cotidiano. Na fala de um dos narradores desse cenário no

grupo Nzinga, Tata Mutá Imê mostra sua vivência com a Capoeira e o Candomblé desde menino, quando os dois ainda eram perseguidos e "a forma que um tinha pra defender o outro era se unindo". Ele diz que sua relação com a Capoeira é "muito sangue na veia"!

Filosofia angoleira

Nas palavras de Mutá não é mais tempo de lamento: "Embora a gente ainda esteja num processo social de 'escravidão', já estamos mais evoluídos. Acho que agora, a resistência é de não deixar isso vir à tona. Depende de como se coloca o sofrimento. Isso começa a resgatar dentro das pessoas coisas muito negativas (...) tem que saber dosar isso de uma forma mais alegre. Brincar de uma forma evolutiva. A cultura africana e afro-descendente é muito pra cima. Ela tem uma relação com a morte muito bonita, ela tem uma relação com a vida muito bonita(...)Tudo muito em comunidade. É evolutivo".

O Tata segue sua narrativa acerca da visão de mundo africana pelo exemplo da Capoeira: "E a Capoeira Angola tem essa coisa evolutiva. Ela é crescente. Começa com as aquelas coisinhas bem lentinhas, daqui a pouco você vai tomando forma, e o jogo vai ficando mais rápido, e as pessoas vão ficando mais envolvidas. É a questão do envolvimento. Do fazer envolver-se dentro dessa filosofia que é de união, que é de amor, que é de paz, que é de uma série de coisas positivas. Tem que resistir às coisas nega-

tivas que venham reprimir essa forma de viver".

Compromisso e resistência

Dentre tantas formas de resistência praticadas nas últimas décadas pelo movimento negro e por outras "minorias" brasileiras, Mutá lembra que "resistir" não é apenas reivindicar, mas também "cuidar": "A palavra resistência dentro da cultura afro é muito importante. Porque a gente não pode deixar que as pessoas entrem pra tirar. Só pra tirar. Que as pessoas entrem só pra jogar, aprender e cair fora. Tem que ter compromisso. Tem que ter a obrigação. A obrigação de estar com responsabilidade e compromisso com a Capoeira. Com a cultura".

Entre tantos caminhos e descaminhos na história da Capoeira, o momento agora é desse envolvimento responsável, compromissado. Se Educação se torna palavra-chave nos planos de uma nova cidadania, a comunidade angoleira tem a sua obrigação de participar dessa "volta ao mundo".

Expressão tão usual quanto a já referida "esperança", a "resistência" talvez tenha uma importância muito mais significativa. Na fala de Mutá: "Resistência é um termo muito forte e muito amplo. Em relação à cultura afro-descendente como um todo, a resistência vem na medida em que você aprende os fundamentos e conhece a filosofia. Quando você aprende os fundamentos, você resiste em deixá-los ir embora. E trabalha a filosofia".

Ensino e renovação

Resistir está além de protestos em barricadas e o aprendizado das várias identidades que nos formam é uma das armas mais poderosas que dispomos. A Capoeira Angola é um

aprendizado que "não tem fim", como já dizia Mestre Pastinha. Através da sabedoria dos Mestres, angoleiras e angoleiros espalhados já por todo o mundo aprendem a encontrar e a desempenhar seus papéis na pequena e na grande "roda".

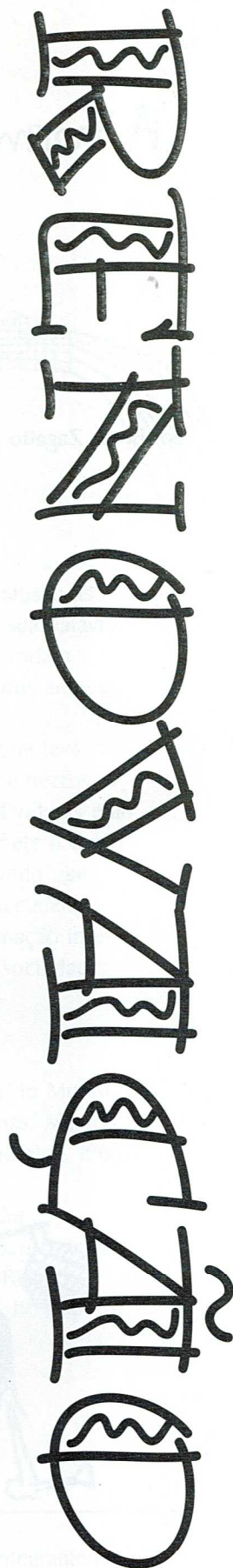
Para concluir o argumento desse artigo, faz-se jus uma última inclusão da narrativa de Mutá, que representa um pouco da sabedoria vivenciada no universo angoleiro. Ele diz o que o "move dentro da Capoeira Angola" é o poder de Mestres "como Janja, Paulinha, Poloca e Valmir" de conduzir seus discípulos a encontrar "o Mestre que cada um tem dentro de si". Enfim, conhecer as raízes, perpetuar as tradições e trabalhar suas continuidades no cotidiano é parte das contribuições de uma cultura banto que ilumina esses tempos de renovação.

Esse artigo foi inspirado na entrevista realizada por mim com o Tata Mutá Imê, guardião espiritual do grupo Nzinga, no dia 21 de abril de 2003, durante o evento de inauguração da nossa sede paulistana, a "Kikalanga".

Mutá Imê é um Tata de Inkice do Candomblé de Angola. Ele é o Tata - pai - da "Casa dos Olhos de Tempo que fala pela Nação Angolão Paketan", na Bahia.

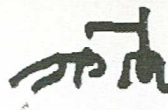


Maria Caroline Veloso é integrante do núcleo de Brasília do grupo Nzinga. Graduada em História na Universidade de Brasília - UnB -, apresentou como dissertação final de curso o tema "Configurações identitárias e socialidade na Capoeira Angola".





África



TRADIÇÃO AFRICANA

A Formação na

por Bruna Zagatto

Quando pensamos em educação, quase sempre a associamos à imagem da escola formal, onde cada professor ensina uma disciplina, e os alunos, sentados e quietos, aprendem os conteúdos. A formação através das manifestações culturais populares, ou com base na tradição oral, acabou sendo pouco valorizada.

A capoeira não foge a essa regra, na medida em que é inserida na escola como modalidade esportiva ou folclore. Frequentemente vemos pessoas caírem no erro de compartimentar o conhecimento e "esquecerem" perigosamente a dimensão educativa da capoeira.

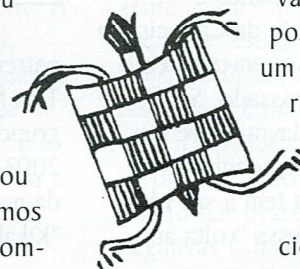
No entanto, para ser possível uma reflexão sobre educação, partindo de uma tradição de origem africana, é preciso que antes nos familiarizemos com a cosmologia que por muito tempo

orientou as ações e relações dos africanos. Mesmo existindo uma vasta diversidade de culturas na África, observou-se em muitas regiões do continente uma forma peculiar

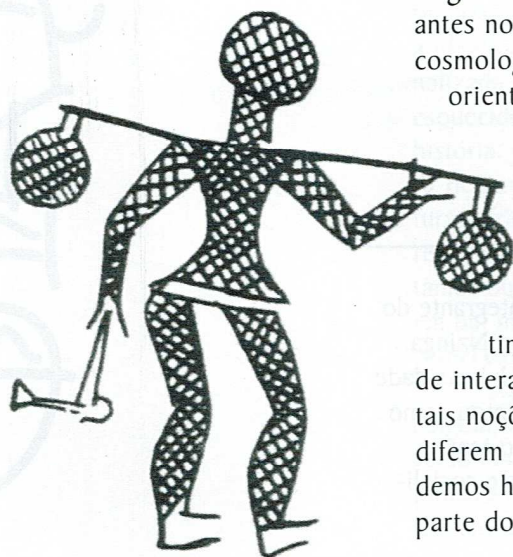
de interagir com o mundo, já que tais noções de tempo e espaço, diferem muito de como as entendemos hoje no Brasil e na maior parte do mundo.

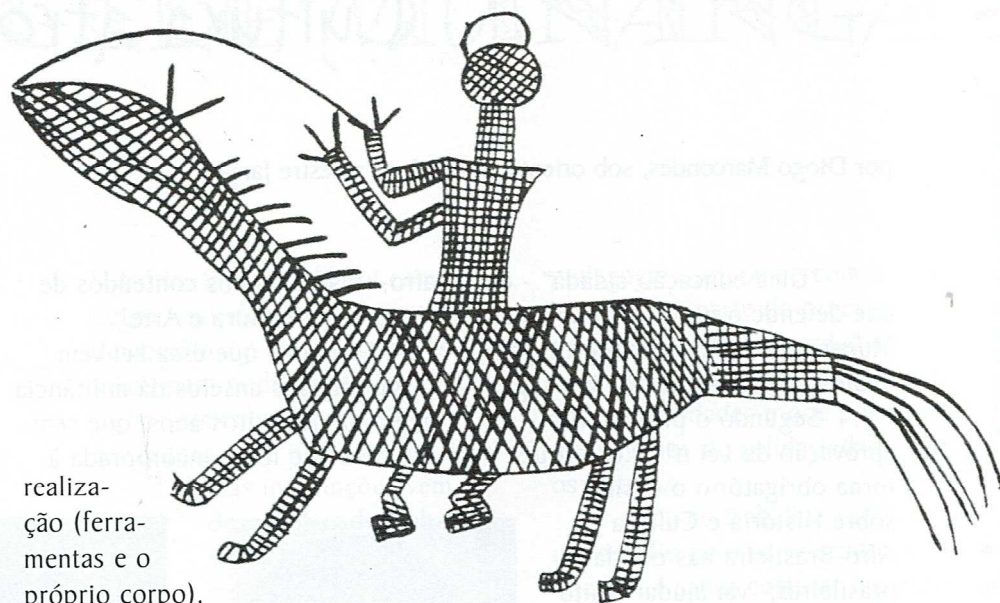
Tempos na construção do conhecimento

O tempo, dentro do sentido tradicional africano, não corre de forma linear nem unilateral; há várias perspectivas possíveis. Ele abrange um conjunto de gerações passadas e presentes e transcende as linhas convencionais do tempo histórico ocidental.



Representado por uma espiral, o tempo nunca se repete, mas repassa por um mesmo ponto, como se reconstruísse a própria história. Nessa visão, os antepassados não pertencem a uma época anterior, mas estão presentes nas decisões do dia a dia dos vivos. Nas palavras de Tata Mutá Imê, sacerdote do Candomblé de Angola: "Espiritualmente, o bantu vive um retorno constante a seu passado, sua linhagem. Tudo o que ele é e faz, parte de um diálogo permanente com seus antepassados, uma interpretação muito fiel das palavras dos que se foram, como se fossem uma base segura para que no presente o indivíduo pudesse fazer improvisos dentro de um ritmo tradicional."





Essa forma de se relacionar com o tempo estrutura um modelo educativo cujo pertencimento a uma linhagem e a vivência grupal são as bases da formação. O conhecimento é transmitido dentro de cada "família", ou seja, não pode ser adquirido por qualquer pessoa, sem que antes esta se inicie no grupo, daquele espaço, que dentro dessa visão, também abarca outros planos de existência.

O universo é compreendido como a grande unidade da vida, onde todas as coisas se inter-relacionam, não separando o sagrado do profano, a vida da morte, o produtor (o homem) de seu produto (ferramenta / arte). O universo contempla todas as forças sagradas que nele se movimentam.

O homem, através de seus atos, é capaz de transformar o espaço e é também criador dessas forças, que podem tanto desestabilizar o equilíbrio da unidade, como garantir a ordem das coisas. Isso, dentro de um processo de formação, faz com que todos sejam fundamentais no caminho coletivo da reprodução e construção de um saber amplo e harmônico.

Ao se somar o entendimento que o africano tem da natureza (através da ciência e da religião), o seu modo de agir (originalidade individual e elementos culturais) e os recursos dos quais dispõe para a

realização (ferramentas e o próprio corpo), obtemos uma criação, que é a concretização desse plano sagrado. Nesse sentido, seria uma simplificação tentar classificar o objeto criado como arte, utensílio, ferramenta etc. Em geral, a produção artística é, sobretudo, a exteriorização dessas forças sagradas, a representação de um mundo sobrenatural e um meio de pôr o indivíduo em contato com esse espaço, diferente do cotidiano e da vivência concreta.

Uma visão integral da vida

Essa visão religiosa do universo não nos permite entender qualquer elemento desse todo isoladamente. Cada coisa ganha mais brilho dentro do conjunto que a envolve no seu trajeto de existência. O capoeirista, por exemplo, carrega em si o potencial de lutar, brincar, dançar, cantar e tocar. Mas essas coisas sozinhas não fazem o mesmo sentido como quando aparecem juntas no contexto ritual - a roda da capoeira - na qual se incluem, além de todos esses elementos dialogando, outros tempos e espaços. Os movimentos circulares do capoeirista podem reverenciar o mundo se movendo. Sua

força física pode fazer alusão às forças da natureza, e a sua palavra da voz permite renovar toda a sabedoria e força vital dos antepassados.

Uma pedagogia que leva isso em conta, que respeita e necessita das potencialidades individuais e ao mesmo tempo compromete o coletivo com o meio, permitindo que estes vivenciem o conhecimento, está voltada para a formação integral do indivíduo e da sociedade.

Bibliografia

JAHN, Janheinz "Kuntu" in Muntu: Las Cultural Neoafricanas. México Fondo de Cultura Económica, 1963.

KI-ZEMBO, Joseph. "Um Continente Descobre Seu Passado". O Correio da Unesco. Rio de Janeiro, ano 7, nº10/11, 1979, p 7 a 16.



Bruna Zagatto é integrante do Nzinga SP

Cultura afro nas escolas:

por Diogo Marcondes, sob orientação da Contramestre Janja

"Uma educação cidadã" - é o que defende o professor Kabengele Munanga, da Universidade de São Paulo (USP), na entrevista a seguir.

Segundo o professor, a aprovação da Lei nº 10.639, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas brasileiras, "vai ajudar muito na construção de uma visão plural da cultura e da História brasileira, rompendo assim com a visão eurocêntrica dominante."

Mas, o que fazer para que a Lei seja aplicada com sucesso? De acordo com ele, "a primeira iniciativa é que os próprios educadores possam conhecer melhor a História, tanto da África como a do negro aqui, com uma visão mais democrática e mais neutra."

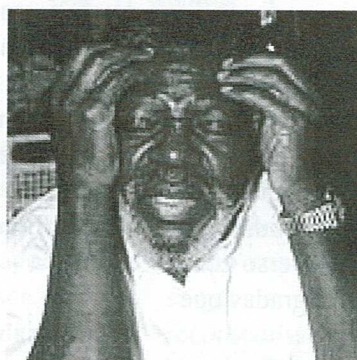
O professor Kabengele Munanga chegou ao Brasil em 1975, vindo do Zaire (atual República Democrática do Congo). Àquela época, veio fazer seu estudo de doutorado. Depois, voltou ao seu país e acabou tendo de se "auto exilar", por questões políticas. Então voltou ao Brasil, em 1979, e entrou na USP em 1980, através de concurso, onde leciona até hoje, no Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências.

Leia, a seguir, a entrevista.

Qual a sua opinião sobre a Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que torna obrigatório o ensino das culturas africanas e dos

afro-brasileiros nos conteúdos de História, Literatura e Arte?

Eu acho que essa Lei vem responder aos anseios da militância negra há de muitos anos, que sempre quis que fosse incorporada à



História do Brasil uma parte sobre sua própria história, não dentro da visão da historiografia oficial mas uma visão mais próxima do que realmente aconteceu.

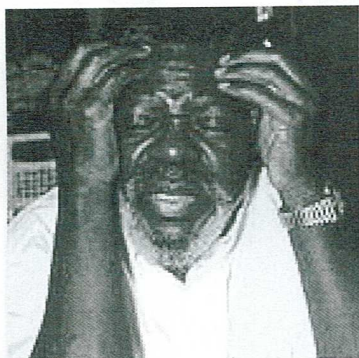
Essa Lei é muito importante e responde ao desejo da comunidade negra e de todos que tem um compromisso com o conhecimento da África e da história da cultura brasileira, de maneira mais ampla, não apenas com uma história que se restringe à visão dominante da sociedade, mas a história dos oprimidos também, tanto os negros quanto outros.

Então, a primeira iniciativa é que os próprios educadores pudessem conhecer melhor a

KABENGELE MUNAINGA



História, tanto da África como a do negro aqui, com uma visão mais democrática e mais neutra. Assim, a Lei, para poder funcionar, implica basicamente a formação dos educadores, e é por isso que algumas instituições vêm desenvolvendo trabalhos sobre a História da África e sobre a História do negro no Brasil.



Sendo o senhor uma grande referência entre pesquisadores de diversas áreas, o que esta Lei terá de incorporar para atingir os anseios dos povos negros no Brasil?

Eu acho que a Lei muito vai ajudar, pois vai incorporar também no currículo, em todos os níveis do ensino, o multi-culturalismo, quer dizer, uma visão plural da cultura e

da História brasileira, rompendo assim com a visão eurocêntrica, que partia da civilização e das culturas ocidentais como fonte de referência para outras culturas que, embora estudadas, ficavam pratica-

mente na marginalidade, no rodapé.

Então, isso coloca a questão de uma educação cidadã, uma nova

pedagogia que rompe com a antiga. Isso faz parte do processo democrático de um verdadeiro cidadão, que conheça os outros e suas diversidades e que possa criar mecanismos de solidariedade com os outros.

E como trabalhar tudo isso é um desafio para os educadores. A questão é saber costurar um diálogo entre essas várias culturas que hoje constituem a identidade nacional, que é uma identidade plural.

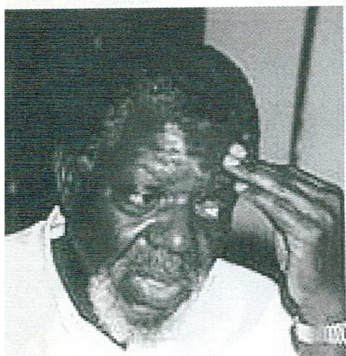
A questão do multi-culturalismo deve ser acompanhada do que é chamado de inter-culturalismo, ou seja, trabalhar a diversidade cultural, mas estabelecer um discurso entre essas diversidades para que possam se conhecer melhor, se relacionar melhor e também sentar a uma mesa de negociação onde cada cultura respeite as outras.

Que África e que afro-brasileiros o Senhor gostaria de ver representados e ensinados nas escolas? O que mudaria?

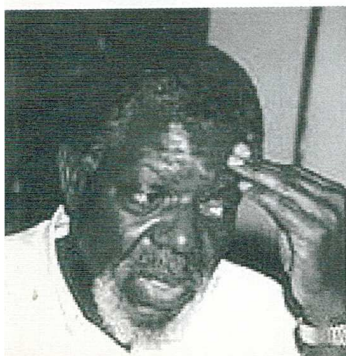
A África é um continente, que, como todos os continentes, têm os seus problemas, mas que não podem ser vistos somente de um ponto de vista negativo.

A maneira mais correta de se conhecer a África é pela sua diversidade e pluralidade, e não simplesmente singularizá-la como estamos vendo.

É claro que a África precisa de solidariedade, mas nós também temos muito o que aprender com



“Eu acho que a Lei muito vai ajudar, pois vai incorporar também no currículo, em todos os níveis do ensino, o multi-culturalismo”



KARIBENGELE MUNANGA:

ela. Neste sentido, podemos colaborar, estabelecendo relações de solidariedade e de ajuda mútua.

É importante também que os africanos conheçam o Brasil. A partir disso, muitos africanos vão descobrir até uma parte do seu patrimônio cultural que já não existe mais na África

Então eu acho que a África pode chegar aos brasileiros, assim como os brasileiros podem enxergar a África de um modo diferente, não através de estereótipos e de clichês.

O que o Sr. acha deste traçado hegemônico com que se convencionou tratar a referência africana no Brasil como sendo ioruba?

Isso é um problema criado pelos próprios pesquisadores. Veio das pesquisas pioneiras - como a de Nina Rodrigues - que estudaram os ioruba, que, naquele momento, era o segmento mais representativo no Brasil, em Salvador, principalmente. Acredita-se então que os ketos e os africanos que vieram da África ocidental são mais evoluídos que os de outras regiões, principalmente os da área das línguas e culturas bantu. Só que é uma visão completamente falsa e, infelizmente, os próprios negros incorporaram e alguns introjetaram isso. Assim, criaram um sub-racismo e, se aceitarmos que dentro dos próprios negros há uma certa hierarquização com culturas superiores e inferiores, isso acaba sendo uma maneira de aceitar que todos os negros são inferiores aos europeus, e que as culturas africanas são inferiores às ocidentais.

Temos que quebrar com isso,

mostrando que todos contribuíram, de uma maneira ou de outra.

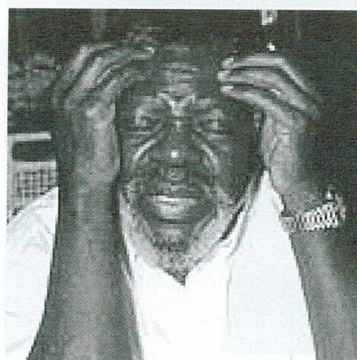
Mesmo

na Bahia onde havia, como se diz, em uma certa época histórica, predominância nagô/ioruba, nós temos quilombos em todas as áreas. No entanto, o quilombo é uma instituição que veio da região do Congo/Angola. A própria palavra quilombo vem de lá. Até mesmo os modelos de lutas são daquela área, e foram adotadas por todos os negros, sejam eles bantu ou sudaneses da África Ocidental.

Isso mostra que todos contribuíram e que não há uma contribuição superior e nem inferior. Para mim, tudo o que está aqui faz parte da herança africana comum, seja ela bantu ou nagô, tudo pertence ao negro afro-brasileiro.

“Essa Lei é muito importante e responde ao desejo da comunidade negra e de todos que tem um compromisso com o conhecimento da África”

Considerando a distribuição étnico-racial da USP, o que significa para o senhor, um homem negro, africano, ser professor de uma insti-



Cultura afro nas escolas



tuição que não apresenta propostas de implantação de um sistema de cotas para negros, ou mesmo capacidade de promover políticas de acesso destes, sobretudo

resistência por parte da USP.

Nisso, nós intelectuais temos uma grande responsabilidade, sobretudo quando se pensa que a questão fundamental é a dos oprimidos ou a de classes, ignorando assim a especificidade da questão racial no Brasil, ignorando que as vítimas da discriminação racial são diferentes das demais vítimas e que essa questão não pode ser simplesmente diluída no oprimido em geral, e sim tratada como deveria ser a questão da mulher, das crianças de rua, questões sociais que tem de ser enfrentadas especificamente, com propostas

“A maneira mais correta de se conhecer a África é pela sua diversidade e pluralidade, e não simplesmente singularizá-la”

nas áreas consideradas de excelência acadêmica?

específicas e não com propostas universalistas, pois estas nunca funcionaram.

Eu lamento, porque a USP foi vanguarda nesse campo de pesquisa desde a década de 50. Daqui saíram pesquisas de vanguarda

como a de Roger Bastide, ou do nosso grande Professor Florestan Fernandes e tantos outros que contribuíram para desmistificar, pelo menos na academia, o mito da democracia racial brasileira, embora já tivesse sido desmistificado na década de 30 pela Frente Negra.

E hoje, num momento que a própria universidade poderia estar à frente deste debate para poder transformar a sociedade, eu vejo um certo recuo, um atraso e até uma



Diogo Marcondes é integrante do Nzinga SP

por Contramestre Poloca

A
Capoeira Angola e a Arte-
Educação são excelentes instrumen-
tos pedagógicos para se viabilizar projetos
que priorizem as interações sociais inclusivas,
na medida em que estimulam a busca de conheci-
mento pelo viés do encantamento, da magia e do prazer,
pautados nos valores da Tradição, Filosofia, Ética,
Cidadania e Direitos Humanos. A Transdisciplinaridade encontra facilmente um lugar onde se apoiar nessas duas "artes", que podem e devem servir como instrumentos da Educação Formal e Não-formal. Estas trazem em si o interesse despertado pelo que é novo, sem o qual o conhecimento não se processa.

Atualmente, integro a equipe de Arte-Educadores do Projeto Movimento Sociedade e Ambiente (MSA), mantido pela Fundação Ondazul e Petrobrás, que beneficia 100 professores e 700 alunos de dez comunidades do litoral norte da Bahia. Neste projeto tenho iniciado as atividades com os



estudantes utilizando a dinâmica que chamo de (Re)Contando a Lenda do Berimbau. Antes de começar, explico que esta história tem sido contada no Sul de Angola há séculos pelos mais velhos, que reuniam as crianças da aldeia no terreiro e lhes contavam as histórias mais antigas, para que nunca fossem esquecidas. Todos os acontecimentos ocorridos, ocorrendo ou por ocorrer estão no

tempo e no espaço, e a partir dessa idéia tentamos compreender o Estar-no-mundo e o Ser-no-mundo. Eu conto a lenda de maneira simples e rápida, destacando a relação entre a menina e o meio natural, atraindo a atenção de todos. Depois, peço que voluntariamente alguém venha à frente para recontá-la, de maneira que a versão seja mais longa que a minha. O primeiro voluntário sempre hesita um pouco, mas depois que ele vem e reconta a lenda, uma enorme fila de voluntários se forma. Às vezes vêm em duplas. A última versão realmente é um show de criatividade.

Exercitamos no primeiro momento a oralidade, com uma história que se passa na África e que proporciona ao garoto ou garota, a oportunidade de exercitar a linguagem falada. Quanto melhor se fala melhor se escreve, ou vice-versa. O uso de um poderoso símbolo da cultura afro-brasileira, que é o berimbau, desperta também sempre grande

QUEREMO CONTAR UMA LENDA

inter-
esse, pois ao contador
da vez é dado um, para que
ilustre a transformação da menina,
que acontece no final da história. No
momento seguinte, quando dispomos de
material, é pedido a eles que façam um dese-
nho da lenda e/ou escrevam alguma coisa rela-
cionada a ela: florestas, pássaros, rios, berimbau, poe-
sias. Coisas lindas surgem. Temos aí mais um exercício
de expressão através da linguagem escrita e do dese-
nho. Tudo o que for produzido pelos meninos e meni-
nas fica exposto na parede. Para encerrar essa dinâmica,
peço que eles contem a lenda para alguém da família ou
da comunidade assim que eles saírem daquele encontro.

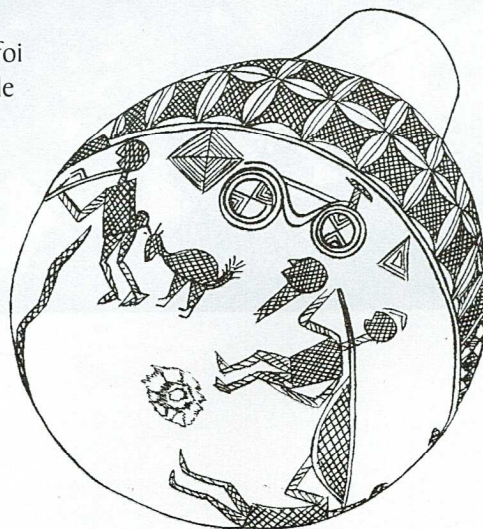
① caso de Vicentinho

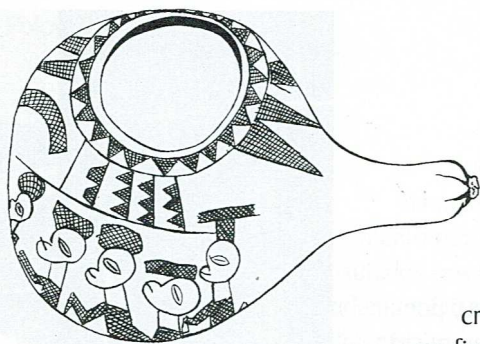
Uma outra conexão que estabeleço da Capoeira como pedagogia, é através do uso de uma historinha que adaptei a partir de um fato da vida do famoso Mestre Vicente Ferreira Pastinha, o maior expoente da Capoeira Angola. Vou tentar resumir um pouco desta estória:

"Vicentinho era filho de uma ex-escrava com um espanhol. Ele era espancado por outro garoto maior que ele, Honorato, que lhe tomava a merenda e ainda o humilhava, com o apoio da mãe malvada. Vicentinho chegava na escola triste e sem seu lanchinho. A professora perguntava: - O que foi dessa vez Vicentinho? E ele respondia chorando: - Foi Honorato! Os colegas dividiam os seus lanches com ele. Essa cena se repetia quase todos os dias. Então, o negro Benedito, ex-escravo, que a tudo assistia, chamou Vicentinho para ensinar-lhe uma coisa, uma coisa que iria mudar a vida do menino. Ensinou-lhe a Capoeira Angola.

Tempos depois, quando Vicentinho ia passando pela rua, a mãe de Honorato gritou para dentro de casa: - "Corre meu fio! que evêem seu amigo do lanche". Honorato veio a toda carreira para tomar-lhe o lanche mas Vicentinho foi logo dizendo que daquela vez ele não lhe agrediria e nem tomaria o seu lanche. Isso causou a fúria dele e da sua mãe malvada, que imediatamente ordenou o ataque, no que foi prontamente atendida pelo filho. Vicentinho esquivou-se e lá se foi o moleque para o chão. Levantou-se raivoso e fez outra investida, que foi rechaçada com uma benção* nos peitos. Caiu de costas desta vez! Levantou incrédulo e correu dentro novamente, tomou uma rasteira* e começou a chorar, percebendo naquele momento que as coisas tinham mudado. A única coisa que Vicentinho impôs como vencedor, foi que a partir daquele dia Honorato o respeitasse e não importunasse mais ninguém com a sua violência".

É a própria história de vida de uma das maiores lendas da capoeira, e que é idêntica à de outras crianças negras no Brasil.





A lenda do Berimbau

Enquanto conto essa pequena história, as crianças são chamadas a assumir os personagens. De início, ninguém tem que obrigatoriamente dizer nada. É só para localiza-las no tempo e no espaço. Como muitas cenas são repetidas, as crianças logo percebem o que têm que falar e no final alguns até se arriscam na improvisação, como foi o caso do garoto Manú, de uns 5 ou 6 anos, em Brasília. Na verdade, a idéia de contar a história de Vicentinho surgiu por causa dele.

Durante uma das atividades do I Viva Pastinha - evento realizado pelo núcleo Nzinga/BSB, em novembro de 2002 - chamei-o dizendo que lhe contaria uma história. Deitamos numa rede e só então lembrei da peleja de Vicentinho com Honorato. Enquanto balançávamos, surgiu a história. Ele adorou e ficou pedindo para que eu contasse de novo toda vez que nos encontrávamos. No dia seguinte, eu teria uma oficina de estórias e de capoeira com as crianças e resolvi contar esta de Vicentinho, desta vez com a ajuda do menino Manú, que logo virou o personagem principal. Depois o menino Tigor, 12 anos, integrante do núcleo Nzinga/SP, representou o papel de Honorato, e assim foram entrando os outros personagens - a mãe malvada, a professora, o colega e Benedito - acontecendo uma verdadeira dramatização desta estória. Encerramos com o ritual da roda de capoeira, um momento mágico em que tocamos e brincamos de jogar capoeira.

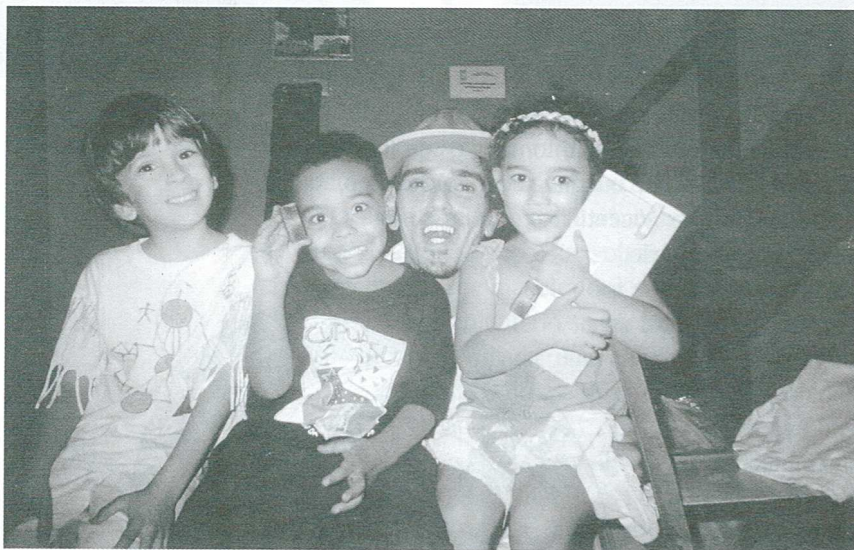
Outra dinâmica que também utilizei com crianças foi contar uma história sugerindo que elas praticassem a ação dos personagens. Então, se na história um personagem, por exemplo, começa a pular com um único pé, gingar, fazer aú, negativa, rabo de arraia, fazer sapinho, andar de quatro sem pôr o joelho no chão, meia-lua, dançar etc., todos o imitam. Eu faço junto para que eles vejam como é. Repito. Depois saio brincando de só falar os nomes dos movimentos, sem no entanto, fazê-

los, e vejo quem já é capaz de reproduzi-los. Os que não se lembram começam a aprender com os outros, o que reforça a idéia de estimular a percepção de que eles podem ser protagonistas de suas aprendizagens ao mesmo tempo em que produzem o conhecimento.

Muito interessante também, foi ver essas dinâmicas multiplicadas no

Forunzinho Social Mundial, em Porto Alegre (2003), por meus alunos de capoeira.

Penso que a utilização do Patrimônio Cultural como eixo para



Era uma vez uma menina que morava próximo a uma floresta. Era uma floresta totalmente sadia e nela todos os dias a menina passeava. Certo dia, depois de muito caminhar, a menina sentiu sede. Então, dirigiu-se para o riacho mais próximo e pegou a água cristalina com o côncavo das mãos. Quando estava dando os primeiros goles, saiu um homem bem mau de trás de uma árvore e deu-lhe uma forte pancada na cabeça. Nesse instante, o corpo dela transformou-se na verga, na madeira. Os braços e pernas transformaram-se na corda. A sua cabeça virou a cabaça e a alma e o espírito da menina virou a música do berimbau.

OLIVEIRA, Albano Marinho de. *Berimbau: O arco musical da Capoeira*. Salvador: Comissão Baiana de Folclore, 1958. (Coleção Antonio Vianna, 1).

CASTRO, Yeda Pessoa de. *A Herança Banto e suas recriações*. In: Congresso da ALADAAB, 1996, Brasília: Anais do VI Congresso da ALADAAB, Out/ 1996.

Cartilhas Dialogo e Ação - Capacitação de Equipes: PETI, Agente Jovem e Sentinela. CENAFOCO, Secretaria de Estado e Assistência Social (SEAS). SENAI -DF, 2002.



Paulo Barreto, contramestre Poloca, é arteducador e coordenador do Nzinga em Salvador

JOGA BONITO que eu

por Cristine Zonzon

A capoeira angola faz questão de conservar o "seu ritual", a roda, com seus aspectos lúdicos, musicais e sagrados. Além de remeter a uma "autenticidade", que encontra sua fonte na capoeira de Mestre Pastinha, a ênfase no ritual é muito importante na transmissão de uma aprendizagem, herdada das culturas africanas tradicionais.

O treino, o ensino e repetição dos movimentos da capoeira só adquirem pleno sentido e eficácia se forem complementados pela participação na roda. É na roda que se vivencia a prática da capoeira em todas suas dimensões.

Joga bonito que eu quero ver!

O ritual da roda revela um ensino visual e mimético e um valor estético declinado em uma pluralidade de jogos: jogo de dentro, de mandinga, de malícia, jogo ligeiro ou lento e tantos outros jogos bonitos de Mestres ou alunos(as), pois cada um faz a sua

interpretação do movimento.

A propriedade "educativa" do ritual vai além do domínio de movimentos, e abrange competências artísticas de representação, execução musical com 5 instrumentos diferentes, além do canto, e ainda assim, há mais...

A iniciação à capoeira é rica em ensinamentos quanto ao que podemos ser enquanto homens ou mulheres, interagindo com o outro e com o grupo, e sobretudo, como aprendemos fora do modelo educativo moderno, mecânico, racional. Ela é um exemplo notável de uma aprendizagem pelo corpo e sobre o corpo.

Os movimentos, gestos e até as formas expressivas do jogo são adquiridas no corpo, corporificadas, ao ponto de terem atravessado gerações, séculos e fronteiras sem, praticamente, precisar de suporte escrito, manuais ou desenhos.

O Mestre João Grande, por exemplo, inicia alunos norte-americanos sem a necessidade de verbalizar em inglês sua aula. Trata-se de uma transmissão direta de corpo a corpo. No entanto, a Capoeira Angola é conhecida por ser um jogo de estratégias, de controle das emoções e do instinto. Será um jogo mental?

○ pé pela mão /
A mão pelo pé

Uma das características da capoeira angola reside na posição invertida do corpo, o capoeirista se utilizando dos quatro membros para se apoiar e se deslocar no chão. É difícil não associar com os movimentos dos animais, ou também da criança pequena. No entanto, animais e crianças são

No nzungo da Kikalanga



QUERO APRENDER

tidos como menos desenvolvidos intelectualmente do que o homem adulto, e nessas categorias "inferiores", porque reputadas como sendo de menor racionalidade, ainda há quem inclua os negros e as mulheres, seres "corporais", "instintivos", "sensuais", e tantos outros qualificativos enfatizando a oposição mente/corpo com o pressuposto implícito da superioridade da primeira sobre o segundo.

No jogo da capoeira, ao inverter no espaço as partes inferiores e superiores do corpo, uma hierarquia social é subvertida - fraco/poderoso -, uma vez que a cabeça simboliza o poder, o chefe. Mas a inversão dos membros inferiores/cabeça também questiona a hierarquia interna do corpo humano e os pressupostos sobre da Educação formal: "Use a cabeça, menino(a)!", "Fique quieto(a)!". Trata-se de domar o corpo que faz obstáculo ao exercício da razão, ao pensamento lógico sediado na cabeça.

*Ora, como ficam o meu corpo e a minha cabeça quando aprendo, brinco, jogo capoeira? Posso usar a cabeça como uma arma dando uma cabeçada, ou como um apoio rodando no peão, enquanto o corpo todo está operando como uma "super cabeça" que percebe, responde, decide....faz o que achar melhor, naquela situação sempre nova, cobrando uma resposta cuja urgência não admite prazo de reflexão.

A constante improvisação num jogo de capoeira impede que executemos simplesmente os movimentos previamente ensaiados. Eu treino um contra-golpe mas é com outro que terei de responder ao ataque do meu adversário na hora da roda. Quem pensa? Quem decide? Quem avalia? Não temos palavras para expressar os mecanismos

em ação naquele momento. Tem quem fale em micro-pensamento corporal. O termo me parece um tanto erudito e pomposo, e suspeito que tenha sido criado por alguma "cabeça"!

Assim, o jogo da capoeira evidencia esse outro lugar do ser onde se integram os ditos opostos do pensamento racional: instinto e racionalidade; emoção e cálculo; individualidade e coletividade. E se este lugar fosse simplesmente o corpo sensível e inteligente? Um corpo que aprendeu a acolher junto com o físico, os níveis mental e espiritual?

Aprender a capoeira talvez seja o desafio de aprender a reconciliar esses pólos geralmente vivenciados como antagônicos ou até incompatíveis, e que o sistema educativo familiar e escolar costuma tratar separadamente, assim como fragmenta os conteúdos e tempos de aprendizagem. Nessa (re)educação, a capoeira conta com a sua roda, espaço de aprendizagem privilegiado e ritual, onde o corpo incorpora saberes e forças coletivas e ancestrais, legados de uma cultura que escolheu o corpo como santuário do seus deuses.

Joga bonito que eu quero aprender!



Cristine Zonzon é integrante do Nzinga (BA) e pesquisadora da Capoeira.



Ações e Reflexões em educação inspiram a

por Juliana Andrade

A moça e boa companhia pegaram a estrada. O berimbau tava chamando, Angola encorajava a cortarem o asfalto. Cerrado à margem, noite, dia, noite. Lá chegando calor de gente, de tambor, lelê, samba de roda, dendê ... mais estrada. Retiro, canto de capoeira. Aos corpos rodas e oficinas, às almas encontros. Um mundo todo! Universo a desvendar pelo tema que desafiava mentes e corações: ações e reflexões na educação.

Na IX Conferência da Fundação Internacional de Capoeira Angola-FICA provaram o jogo das pessoas que os guiam, viram suas palavras e inspiraram seus movimentos, entre 17 e 21 de julho de 2003. Centenas de olhares sobre aquele momento de incentivo a criação, ao conhecimento, ao jogo. Uma reunião de 320 pessoas, pela capoeira, num desafio que acendeu sentidos.

Quanta benção! A pluralidade de raízes, línguas e culturas entrelaçadas pelas rodas e palestras. Logo de início a moça ouve Mestre Mano sobre a grandeza do sentimento de SER capoeira, ser escolhida pela capoeira e saber filtrar, digerir os movimentos que refletem a vida, o todo.

Feito aguardente as palestras tornaram mais leve estar no encontro.

IX CONFERÊNCIA DA

Mestre Rennê ressaltou pra geral o que fala aos seus: "diferente do que a bíblia prega, a carne não é fraca, o corpo é forte, porque não pode se dissociar o aspecto físico, emocional e racional das pessoas".

Já o historiador Dalmir Francisco resalta como a cultura negra consegue aceitar num vislumbre a dura realidade e dela criar o samba, jazz, capoeira... Foi numa prosa sobre capoeira Angola, congado e candomblé, que também contava com membros da Comunidade dos Arturos e Denísia Martins (ekéde do terreiro Ilê Wopo Olojukan).

Mestre Cobra Mansa resalta que é importante resolver as coisas. E assim, na segunda rodada de palestras, lá estava ele afirmando que a capoeira é um instrumento da Educação e que era um educador cultural. Levantou questionamentos: quem é o educado? O que é ser educado? E sem educação? Disse ainda: "tem coisa que a gente aprende e depois tem que desaprender e tem coisa que a gente deveria aprender e não aprende. Há um conflito entre as coisas que acredito, as que faço, e as que quero. Sempre fazendo esta revisão crítica do que eu posso transmitir para outra geração? Para mim é difi-

À frente: Mestres
Mano, Marco Aurélio,
Rennê e Jurandir na
Conferência





Comunidade Angoleira fazendo pose

cil aceitar as regras de condutas sociais conforme são impostas, nos dias de hoje".

E a moça despertava...

Ângela Maria da Silva, guerreira do meio ambiente e do anti-racismo, desafiou: "como se constroe um caminho único numa sociedade que tem caminhos diversos?". Falou de Raça no sentido político da exclusão e na reconstrução do olhar de auto-conhecimento e da educação como praticada da LIBERDADE. "A conscientização é um processo social, dificultado pela opressão interna e externa", afirmou. E foi além:

"Conhecimento é um círculo vicioso, carecemos de uma pedagogia crítica, pra poder interferir. Capoeira angola é ferramenta e pedagogia - uma teoria social que desenvolve consciência holística - consciência social".

Neste momento a moça vislumbra muitos caminhos, enquanto Ângela concluía "Não

FUNDAÇÃO INTERNACIONAL DE CAPOEIRA ANGOLA

tem que ter interferência do sistema que quer oprimir o povo. Não precisamos institucionalizar a capoeira!". Contramestre Janja, que é sua mestra, também deu seus toques... Romper com a histórica eurocêntrica, desafios do conhecimento, novas referências, rompimento com a perversa ideologia de discriminação e dominação. "A capoeira Angola tem muito que contribuir para a Educação, uma Educação que vise a ética da diversidade da cooperação, felicidade e respeito".

A riqueza da capoeira Angola como proposta pedagógica foi detalhada: "Há a capacidade de produzir significativas mudanças individuais e coletivas no entendimento do racismo e das relações raciais. É na roda de capoeira, a pequena roda, que se redesenha as nossas propostas de mudanças que buscamos viabilizar na grande roda que é o mundo e suas complexas relações sociais".

Janja continuaria pulsando, pois inquietou a moça, com a qualificação do modelo imposto à sociedade: o do "Eu Sei". A contramestre sugeriria um nascimento do modelo do "Eu penso". Na sequência mestre Emanuel compartilhou a capoeira Angola e sua força transformadora pras comunidades da favela da maré (RJ).

Infelizmente, não pode ouvir todos os mestres presentes, mas sentiu nas rodas o que a maioria pensava. Um mosaico de sabedoria, sonhos, golpes, vida: Mestre Cobra Mansa (Fica), Mestre Jurandir (Fica), Mestre Valmir (Fica), Mestre Emanuel (Grupo Ipyranga de Pastinha), Mestre Rennê (Acanne), Mestre



Nzinga na FICA

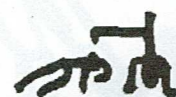
jogo-de-dentro, equilíbrio e respeito, o caminho do Nzinga.

Depois todos sentamos e, sob regência da Janja, cada um cantava um corrido para que o coro respondesse. Os olhos das pessoas brilhavam. Parecia um milagre que as dezenas e dezenas de capoeiras cantassem sem que se repetisse um corrido sequer. Ouvir gente de várias partes do mundo - havia em torno de quinze países presentes - entoando os cantos do nosso cotidiano nzingueiro deu a sensação de ser a gotinha d'água que faz parte dum oceano que está por se descobrir. Nossa luta multiplica-se na voz de cada grupo da capoeira com compromisso, que não tolera racismo ou opressão, que canta e joga os ensinamentos dos nossos ancestrais. (esta é a parte que lhe falei, acho que o início ficou fora de ordem cronológica..)

Houve lições de Unidade e houve também as de Diversidade. Vimos gingas, toques e golpes que não são nossos mas são do mundo angoleiro que fazemos parte. Mestre Cobrinha disse que, em Berlim, viu os Mestres João Pequeno e João Grande divergindo sobre qual seria o verdadeiro toque de angola no berimbau e que, desde então, ele desistiu de falar de certo e errado na capoeira. Mas a gente sabe que ele não desistiu coisa nenhuma e nós também não deixaremos de fazer nossas escolhas. Na diversidade do mundo angoleiro existe uma ética: a da tradição, do respeito mútuo, da solidariedade, da luta. Nosso exercício é cultivar fraternidade com quem reparte esse princípio conosco.

No final do século XIX, com a proclamação da república, a repressão contra a capoeiragem atingiu seu auge. O chefe de polícia Sampaio Ferraz, famoso pela prisão de centenas de capoeiras, tinha uma prática curiosa: ele andava acompanhado por dois pretos capoeiras como assistentes; quando eles saíam em diligência na busca dos integrantes e chefes das maltas (os grupos de capoeiristas) um dos assistentes desferia um golpe contra o suspeito e se

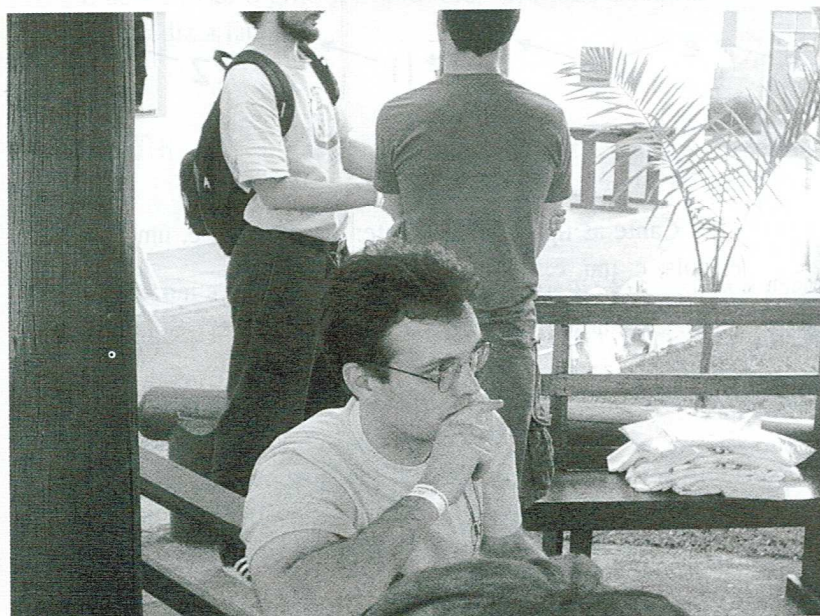
ele se esquivasse à moda capoeira ele era preso e condenado. Doutor Ferraz nos deu uma lição: o verdadeiro capoeira, quando afrontado, não tem como esconder sua estirpe, sua natureza. É assim que descobrimos quem escolheu o caminho nzingueiro, quais pessoas e grupos são nossos irmãos. Quem mais quiser participar, que venha de sapato e ponha a camisa pra dentro da calça. lê!



Juliana Andrade é jornalista e integrante do Nzinga - DF

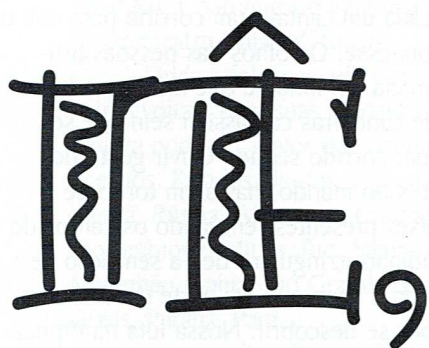
Dênis é professor de História e integrante do Nzinga - SP

Haroldo, coordenador do Nzinga - DF





por Gil Barreto



pra começar...

Toda roda tradicional de capoeira começa com IÊÊÊ...! Porém, é comum que alunos e alunas tenham dificuldades para "situar" o canto com o toque (no gunga, principalmente).

O exercício abaixo sugere um jeito simples e que funciona, na maioria dos casos, para resolver esse problema.

Partindo do princípio de que velhos mestres e bons cantadores têm o domínio de cantarem "soltos nos tempos", veremos aqui uma base que, se praticada e desenvolvida, permitirá que qualquer aluno ou aluna atinja, ao seu tempo, a capacidade de brincar com o canto, como fazem mestres João Grande, João Pequeno e outros.

Primeiro, vamos situar os tempos que são marcados pelos pandeiros, atabaque e agogô, imaginando um compasso simples, que se repete, sempre com dois tempos:

1 → 2 → || 1 → 2 → |

É importante que se perceba esses tempos em velocidade lenta. Assim, fica fácil criar um contra-tempo entre eles:

1 → e → 2 → e → || 1 → e → 2 → e → |

Cante as figuras lentamente: um, ê, dois, ê, um, ê, dois, ê, um, ê...

Cante agora o som do atabaque:

1 → e → 2 → e → || 1 → e → 2 → e → |
Tum..... Tum Tá Tum..... Tum Tá



Perceba que ele ocorre nos tempos

1.....2 e 11.....2 e |



O berimbau, no toque de angola, corresponde à base, com uma pequena variação:

1 → e → 2 → e → 11 → e → 2 → e → |
 Pausa Titi Tom Déim Pausa Titi Tom Déim



Veja que o tempo 1 fica em pausa para o berimbau, deixando espaço para o atabaque:

1 → e → 2 → e → 11 → e → 2 → e → |

Atabaque:

Tum..... Tum Tá Tum..... Tum Tá

Berimbau:

Pausa Titi Tom Déim Pausa Titi Tom Déim

É fácil ver que o berimbau começa no "e" entre o 1º e o 2º tempos (titi, dobrão solto no arame e cabeça fora da barriga)

É bom pensar o grito IÊÊ pra fora, "pra todo o mundo ouvir", como diz a Janja.



..... Titi Tom Déim | Titi Tom Déim |

Junto com a moeda no arame, solte a voz, IÊÊÊÊ..., sinta a pausa na seqüência, o TUM do atabaque, mas não pare de TOCAR!

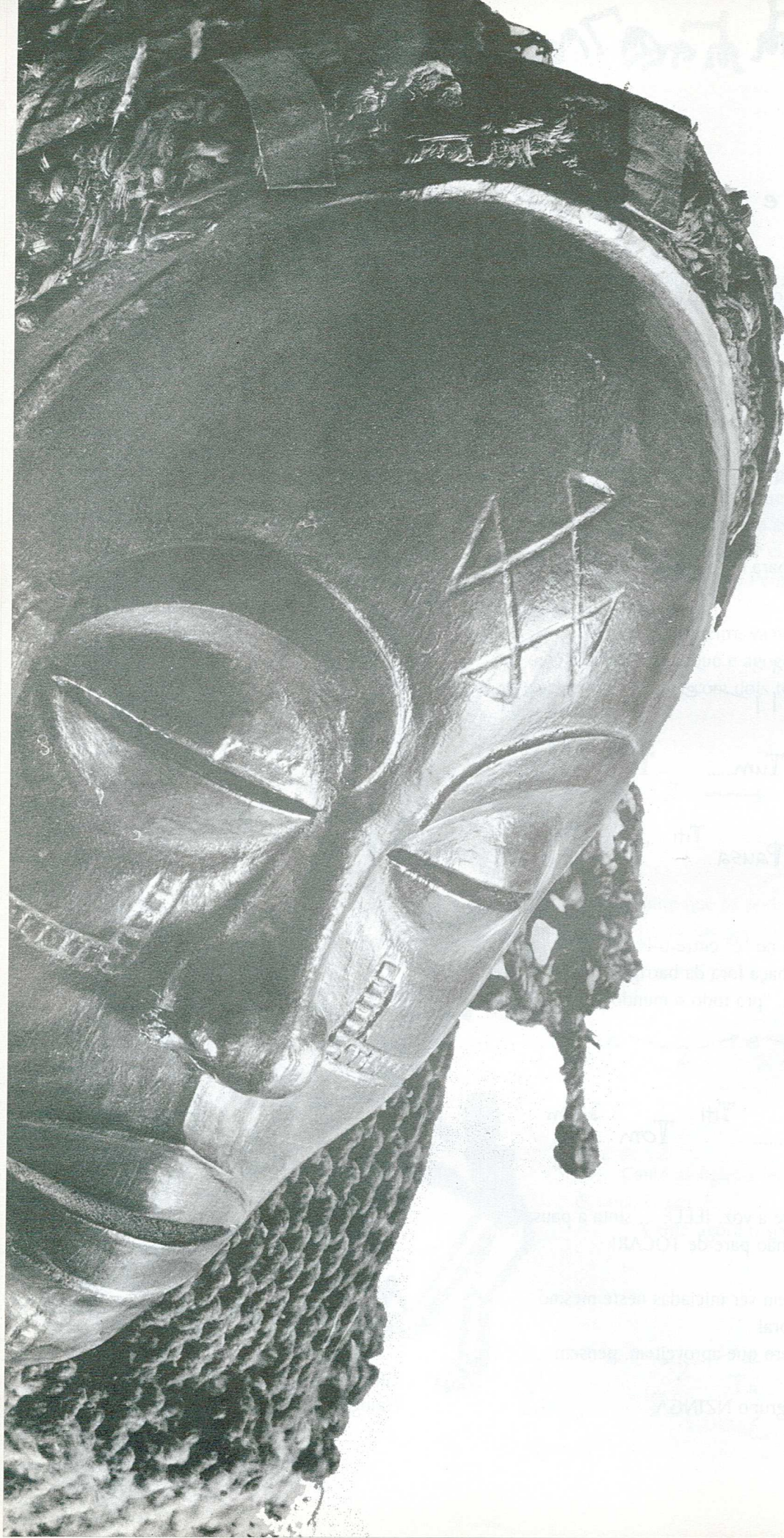
Obs.: A maioria da ladainhas podem ser iniciadas neste mesmo "contratempo" do 2º tempo. Cante pra fora!

Fica aqui um pequeno toque, espero que aproveitem, pensem ouvindo, cantem e toquem pra valer.

Agradeço a todos da revista e ao grupo NZINGA.



Gil Barreto, membro do grupo Nzinga - SP, é músico profissional.



A abolição da escravatura não livrou os ex-escravos e/ou afro-brasileiros da discriminação racial e das conseqüências nefastas desta, como a exclusão social e a miséria. A discriminação racial que estava subsumida na escravidão emerge, após a abolição, transpondo-se ao primeiro plano de opressão contra os negros. Mais do que isso, ela passou a ser um dos determinantes do destino social, econômico, político e cultural dos afro-brasileiros (Hasenbalg, 1979, Santos, 1997).

Deixados à própria sorte, conforme expressão de Florestan Fernandes (Fernandes, 1978), e, além disso, sem capital social (Bourdieu, 1998), ou seja, sem o conjunto de relacionamentos sociais influentes que uma família tem para a sua manutenção e reprodução, logo os ex-escravos perceberam que a luta pela liberdade fôra apenas o primeiro passo para a obtenção da igualdade, pois o racismo não só permanecia como inércia ideológica, mas também orientava fortemente a sociedade brasileira no pós-abolição.

Tornou-se necessário lutar pela "segunda abolição" (Bastide e Fernandes, 1955) e os negros perceberam rapidamente que tinham que criar técnicas para melhorar a sua posição social e/ou obter mobilidade vertical, visando superar a condição de excluídos.

A valorização da educação formal foi uma das várias técnicas sociais empregadas pelos negros para ascender de status. A escola passou a ser definida socialmente pelos negros como um veículo de ascensão social (Fernandes, 1978).

Embora extremamente neces-

ALUTAI

Anti-Racismo

sária, a escola ou a educação formal não foi e nem é a panacéia para os negros brasileiros. Logo a militância e os intelectuais negros descobriram que ela também tem responsabilidade na perpetuação das desigualdades raciais. Historicamente, o sistema de ensino brasileiro pregou e ainda prega uma educação formal de embranquecimento cultural em sentido amplo. A educação formal não é só eurocentrista e de ostentação dos EUA, como também desqualifica a África e inferioriza racialmente os negros (Nascimento, 1978).

Ao perceberem a produção e reprodução da discriminação racial no sistema de ensino brasileiro, os movimentos sociais negros (bem como os intelectuais negros militantes) passaram a incluir em suas agendas de reivindicações junto ao Estado Brasileiro o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional.

Parte desta reivindicação já constava na declaração final do I Congresso do Negro Brasileiro, promovido pelo Teatro Experimental do Negro (TEN), no Rio de Janeiro, em 1950. Ali recomendou-se, entre outros, "o estímulo ao estudo das reminiscências africanas no país bem como dos meios de remoção das dificuldades dos brasileiros de cor e a formação de Institutos de Pesquisas, públicos e particulares, com esse

objetivo" (Nascimento, 1968: 293).

A agenda de demandas dos movimentos negros parece intensificar-se após o ressurgimento dos movimentos sociais negros em 1978¹. Na educação, as reivindicações eram, entre outras, as seguintes:

- *Contra a discriminação racial e a veiculação de idéias racistas nas escolas.*

- *Por melhores condições de acesso ao ensino à comunidade negra.*

- *Reformulação dos currículos escolares valorizando o papel do negro na História do Brasil e a introdução de matérias como História da África e línguas africanas.*

- *Participação dos negros na elaboração dos currículos (Hasenbalg, 1987).*

A Convenção Nacional do Negro pela Constituinte, realizada em Brasília em 1986, com representantes de sessenta e três Entidades do Movimento Negro, indicou "aos dirigentes do país, e, em especial deferência, a todos os membros da 'Assembléia Nacional Constituinte-87'", as seguintes reivindicações:

- *É obrigatória a inclusão nos currículos escolares de I, II e III graus, do ensino da história da África e da História do Negro no Brasil;*

- *Nova redação para o § 8º do artigo 153 da Constituição: "A publicação de livros, jornais e periódicos*

não depende de licença da autoridade. Fica proibida a propaganda (...) de preconceitos de religião, de raça, de cor ou de classe." (CNNPC, 1986).

Na primeira metade da década de noventa do século XX, foi realizado o evento mais importante organizado pelas entidades negras brasileiras, a Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida, no dia 20 de novembro de 1995, em Brasília², quando os organizadores foram recebidos pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Novamente as lideranças dos movimentos negros denunciaram a discriminação racial e condenaram o racismo no Brasil. Mais do que isto, entregaram ao chefe de Estado brasileiro o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial. No que diz respeito à educação podemos citar as seguintes propostas:

- *Implementar a Convenção Sobre Eliminação da Discriminação Racial no Ensino.*

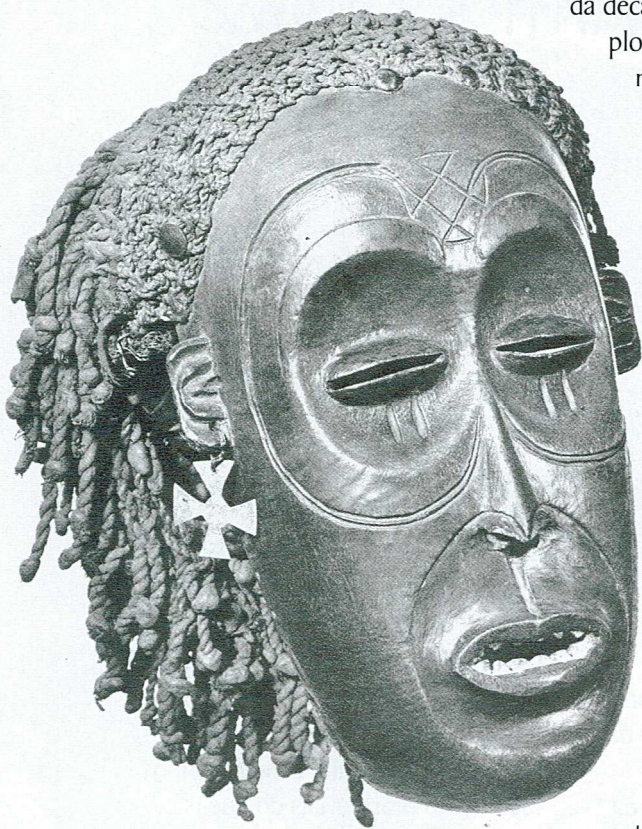
- *Monitorar os livros didáticos, manuais escolares e programas educativos.*

- *Desenvolver programas permanentes de treinamento de educadores que os habilite a tratar adequadamente com a diversidade racial, identificar práticas discriminatórias na escola e seu impacto na evasão e repetência das crianças negras (ENMZ, 1996).*

ALUTAI

nº 10.639, de 09 de Janeiro de 2003

ALUTAI
ALUTAI
Inclusão
ALUTAI
ALUTAI
ALUTAI
ALUTAI
ALUTAI
ALUTAI



Alguns pontos desta histórica reivindicação foram atendidos pelo governo brasileiro na segunda metade da década de 1990, como, por exemplo, a revisão de livros didáticos ou

mesmo eliminação de vários deles em que os negros apareciam de forma estereotipada, como subservientes, racialmente inferiores, entre outras características negativas.

Em 13 de setembro de 1996, o então governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, atual ministro da educação, sancionou a Lei nº 1.187, que dispõe sobre a introdução do "estudo da raça negra" nos currículos do sistema de ensino do DF. A lei estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e determina, entre outros: a) a revisão dos currículos a fim de adequá-los à lei; b) a qualificação dos professores e o seu constante aperfeiçoamento pedagógico; c) que a implementação da lei fica a cargo do Poder Executivo.

Porém, até a presente data, não foram tomadas providências para que se concretizasse o ensino de disciplinas que valorizem os aspectos sociais, culturais e políticos da participação do negro na formação do nosso país.

No início de 2003, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, reconhecendo a importância das lutas anti-racistas, as injustiças e discriminações contra os negros e dando prosseguimento à construção de um ensino democrático que incorpore a história e a dignidade de todos os povos que participaram da construção do Brasil, sancionou a Lei nº 10.639 / 2003, acrescentando os seguintes artigos à Lei nº 9.394 /96 (de diretrizes e bases da educação):

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º - O Conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º - Os Conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

A lei federal, segundo o nosso entendimento, é bem genérica e não se preocupa com a implementação adequada. Ela não estabelece metas, não se refere à necessidade de qualificar os professores, menos ainda à das universidades reformularem os seus programas de ensino e/ou cursos de graduação, especialmente os de licenciatura, para formarem professores aptos a ministrarem essas disciplinas.

Essa lei também não indica o órgão responsável pela implementação, bem como limita o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira às áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. Aqui, pensamos que há um erro grave, visto que as principais críticas às nossas relações raciais têm sido elaboradas principalmente no campo das Ciências Sociais e, mais recentemente, na área de Educação. Tais limitações da lei podem inviabilizá-la, tornando-a inócua.

Os movimentos sociais negros, bem como muitos intelectuais negros engajados na luta anti-racismo, levaram mais de meio século para conseguir a obrigatoriedade do estudo da história do continente africano e dos africanos,

da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e do negro na formação da sociedade nacional brasileira. Contudo, torná-lo obrigatório é condição necessária mas não suficiente para a sua implementação de fato.

Segundo o nosso entendimento a Lei nº 10.639 apresenta falhas que podem inviabilizar o seu real objetivo, qual seja, a valorização dos negros brasileiros e o fim do embranquecimento cultural do sistema de ensino brasileiro. Pensamos que é preciso não somente melhorá-la, considerando as falhas apontadas, mas, principalmente, exercer uma pressão constante junto ao Estado Brasileiro para que ela não vire letra morta do nosso sistema jurídico.

¹ Durante a recente ditadura militar ocorreu um refluxo nos movimentos sociais, especialmente entre 1964 e 1977. As organizações sociais negras não desapareceram (Andrews, 1998), de vez que ainda havia muitas em atividade, mas o período não foi dos mais propícios para a militância, pelo menos para aquela de orientação explicitamente mais política. No auge

da ditadura, nem no campo acadêmico houve liberdade para se pesquisar e/ou discutir a questão racial. Por 'motivos técnicos' a pergunta sobre a cor foi eliminada do Censo Demográfico de 1970 (Hasenbalg, 1995: 360).

²Organizada para reafirmar a resistência dos afro-brasileiros, simbolizada no Guerreiro Zumbi dos Palmares, contou com mais de trinta mil participantes (Oliveira, Lima e Santos, 1998).

Referências Bibliográficas

ANDREWS, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru/São Paulo: Edusc, 1998.

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan (Orgs.). *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1955.

BOURDIEU, Pierre (1998). *O capital social*. In: NOGUEIRA, Maria A. e CATANI, Afrânio (Orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes.

BOURDIEU, Pierre (1998). *Os três estados do capital cultural*. In: NOGUEIRA, Maria A. e CATANI, Afrânio (Orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes.

CONVENÇÃO NACIONAL DO NEGRO PELA CONSTITUINTE. Brasília: mimeo, agosto de 1986.

EXECUTIVA NACIONAL DA MARCHA ZUMBI (ENMZ). Por uma política nacional de combate ao racismo e à desigualdade racial: Marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e vida. Brasília: Cultura Gráfica e Editora, 1996.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Ática, 3ª Ed., 2 Vols., 1978 [1965].

HASENBALG, Carlos A. *"Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil"*. Dados -

Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Vol. 38, n. 2, 1995.

HASENBALG, Carlos A. *"O Negro nas Vésperas do Centenário"*. Estudos Afro-Asiáticos. (13): 79-86, 1987.

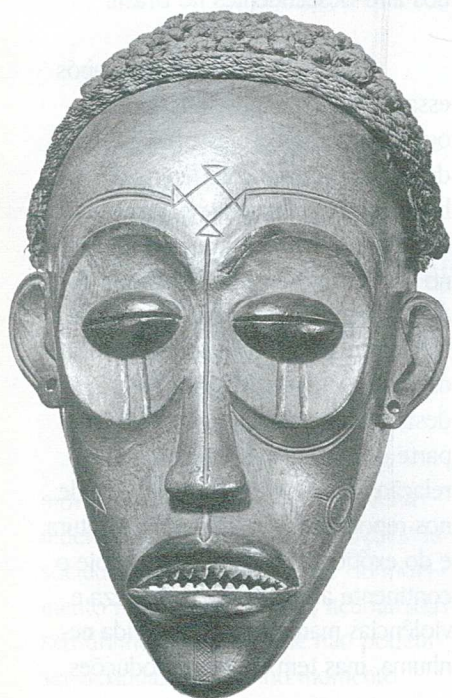
Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do Negro Brasileiro. Processo de um Racismo Mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Negro Revoltado*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1968.

OLIVEIRA, Dijaci David de, LIMA, Ricardo Barbosa de e SANTOS, Sales Augusto dos. *"A Cor do Medo: O Medo da Cor"*. Em OLIVEIRA, Dijaci David de [et al]. (Orgs.). *A Cor do Medo: homicídios e relações raciais no Brasil*. Brasília: Editora da UnB, Goiânia: Editora da UFG, 1998.

SANTOS, Sales Augusto dos. *A Formação do Mercado de Trabalho Livre em São Paulo: Tensões Raciais e Marginalização Social*. Brasília: UnB/Departamento de Sociologia, Dissertação de Mestrado, março de 1997.



Sales Augusto dos Santos é Doutorando em Sociologia pela UnB e membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UnB

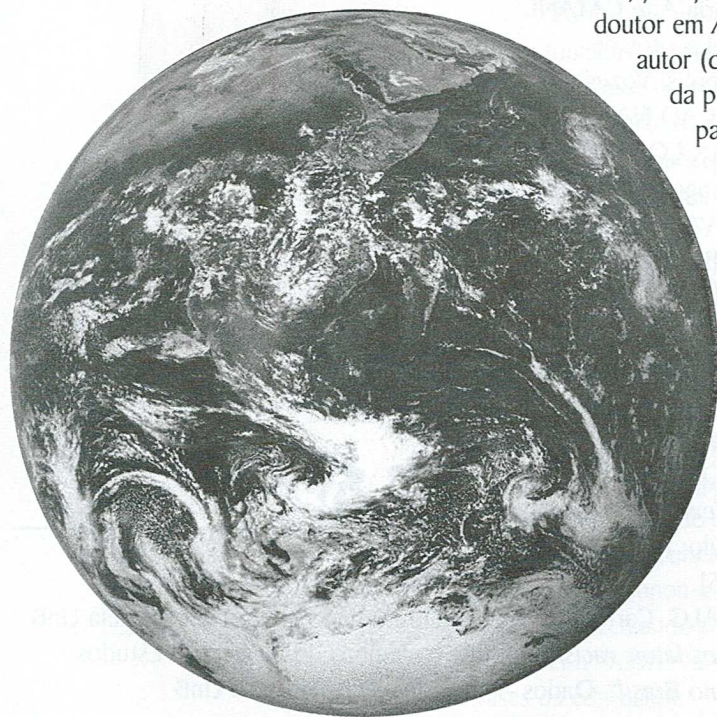
77m
 mef
 Inclusão
 K m
 S H
 77m
 77m
 mef

por Swai Teodoro, Camila Dutervil,
Lucas de Paula, Luiz Carvalho e Telma
Litwinczik

Em janeiro de 2003 foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a lei 10.639. Ambiciosa, ela determina que "nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira", e que "o conteúdo programático (...) incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional".

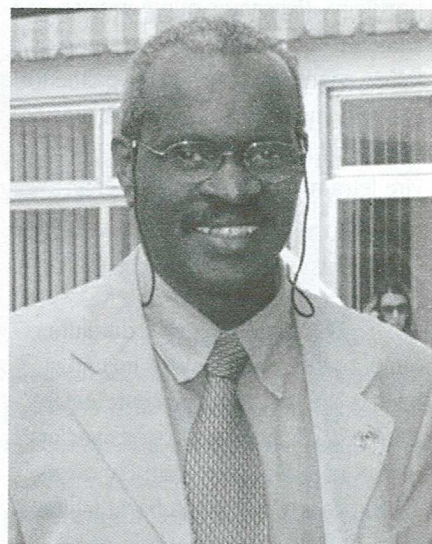
Acreditando que as condições para a efetiva implementação e o significado da nova lei merecem ser discutidos, a revista Toques d'Angola entrevistou e publica a opinião de especialistas de ativa participação na luta contra a exclusão racial. Nelson Inocência, mestre em Comunicação, é coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UnB; Zulu Araújo, arquiteto, é diretor de Estudos e Pesquisas da Fundação Cultural

Palmares; José Jorge de Carvalho, doutor em Antropologia, é autor (com Rita Segato) da proposta de Cotas para Negros e Índios aprovada pela Universidade de Brasília.



Pontos de

Entrevista com Zulu Araújo:



Quais são os desafios do ensino de conteúdos relativos à história dos afro-descendentes no Brasil?

O principal desafio hoje, após essa conquista importantíssima, é a qualificação dos professores. Se é verdade que o movimento negro brasileiro vem, há muito tempo, lutando para que seja introduzido no ensino brasileiro o ensino de história da África, também é verdade que a maioria absoluta dos professores brasileiros não estão preparados para o ensino desta matéria. Porque um receio de parte do movimento negro com relação ao ensino desta matéria, é de nos reportarmos à África da caricatura e do exótico. E é evidente que hoje o continente africano tem a pobreza e violências marcantes, sem dúvida nenhuma, mas tem também produções

VISTA

científicas, culturais e industriais bastante importantes.

A lei 10.639 foi aprovada. Qual é a perspectiva para que seja realmente cumprida?

A perspectiva é extremamente positiva. Não só o governo federal está empenhado em tornar essa lei realidade, como existem parcelas significativas do movimento negro também empenhadas nesse sentido. O movimento negro hoje tem um conjunto de entidades que trabalham na área de educação, formal e informal, que estão contribuindo decisivamente para que essa medida se transforme em uma realidade positiva.

Como e quem deve capacitar educadoras e educadores?

O melhor caminho é trabalharmos isso de forma articulada, entre o

“Eu acho que a educação é o instrumento primordial, fundamental e principal do combate ao racismo”

movimento social negro e o governo federal. Há inúmeras contribuições da sociedade civil, e aí diga-se: do movimento negro. Experiências acumuladas nos últimos 30 anos, que não podem ser deixadas de lado no momento

dessa qualificação. E isso deve ser orientado no plano acadêmico também, por meio do ministério da Educação, porque o governo tem responsabilidade com o Plano Nacional de Educação.

Você poderia, em poucas palavras, definir o que muda e a quem beneficia a aprovação desta lei?

Em primeiro lugar, altera a auto-estima das crianças negras brasileiras. O ensino da verdadeira história do continente africano, com suas contribuições, riquezas e pluralidade, o ensino da história desse povo que, no Brasil, é estigmatizado, discriminado e marginalizado, possibilitará a essa criança e a essa juventude conhecer e se reconhecer nessa história. E na medida em que se reconhece nessa história, eu tenho certeza que a auto-estima dessa garota tenderá a aumentar e, com isso, o processo de conquista da cidadania fica mais próximo e mais real. Então, no primeiro momento, quem vai se beneficiar é a comunidade negra brasileira, mas eu acredito que o benefício será do país como um todo.

A educação deveria ter compromisso no combate ao racismo?

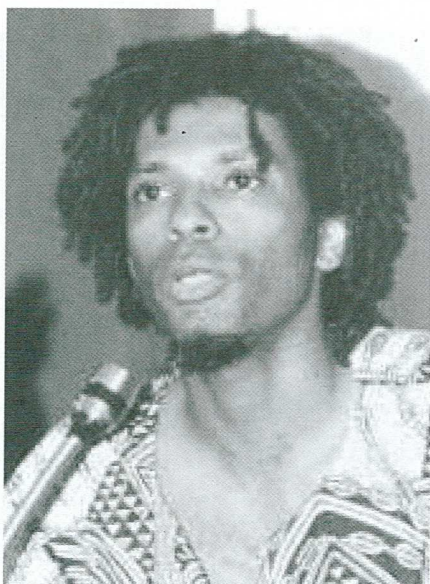


Você acredita que esta lei vai contribuir para isso?

Não tenho a menor dúvida. Eu acho que a educação é o instrumento primordial, fundamental e principal do combate ao racismo. Nenhuma criança ou pessoa nasce racista. O que as faz racistas é o modelo educacional, o modelo comportamental existentes e a sociedade com seus preconceitos. Então, se a gente tem uma educação plural, multicultural e igualitária para negros e brancos, eu tenho a certeza absoluta de que nós estaremos dando um passo enorme para a superação da discriminação racial no país. Eu acredito que as políticas de ações afirmativas e, particularmente, a discussão da questão das cotas para negros na universidade, foram fundamentais para que a gente pudesse discutir a discriminação racial no país como um todo.



Entrevista com Nelson Innocêncio:



Quais são os desafios do ensino de conteúdos relativos à história dos afro-descendentes?

Bem, são muitos, se nós partirmos do entendimento de que a nação brasileira não se ocupou historicamente de pensar a diferença, especialmente falando da diferença marcada pela presença negra no Brasil. Eu diria de imediato que os principais desafios seriam educar os nossos jovens de forma que eles tenham uma compreensão verdadeira de quem são as pessoas negras descendentes de africanos no país. Eu acredito que isso já é um grande desafio, porque os textos escolares não dão conta dessa problemática. O grande desafio é conseguir sensibilizar educadores e educandos para uma educação que contemple a diferença, nesse caso racial. Quando a gente fala disso, a gente está falando não só de uma lei, mas de uma mudança de atitude. Não basta apenas a implementação da lei 10 639. É necessário que haja uma disposição,

sobretudo das direções das escolas, de um projeto pedagógico que se ocupe de trabalhar a questão da história e da cultura negra no Brasil de forma absolutamente responsável. Capacitar docentes é fundamental, e também definir uma maneira de aplicar esses conteúdos que consiga fazer com que esses estudantes se sintam seduzidos, no melhor sentido possível, pela intenção, pela proposta. Nós educadores precisamos tomar isso como um grande desafio, uma mudança que é cultural na verdade.

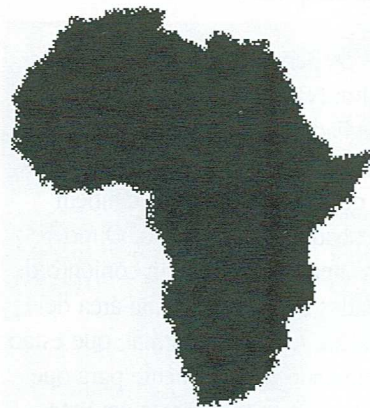
Você poderia definir o que muda e a quem beneficia a aprovação desta lei?

Na verdade, com essa lei você não tem a mudança, tem o início da mudança, que é flexibilizar o currículo de maneira efetiva, colocar em cheque esse modelo eurocêntrico. A mudança, ainda que primária, é absolutamente necessária. Todos se beneficiam, não apenas os estudantes negros como os estudantes brancos, que foram ignorantes durante tantos anos de suas vidas sobre os outros, sobre aqueles que enfim são herdeiros diretos dos africanos neste

“Na verdade, com essa lei você não tem a mudança, tem o início da mudança, que é flexibilizar o currículo de maneira efetiva”

país. As pessoas negras se beneficiam porque vão conseguir trabalhar a auto-estima. Durante muito tempo no Brasil não havia nada de positivo em dizer-se negro. Quando se fala disto, na verdade estamos pensando que o país precisa de outro projeto,

não é possível que o Brasil queira pensar-se alijando mais de 40% da população, é uma enorme mutilação. Você está pensando parte de um país, não um país inteiro. Enquanto os técnicos e os intelectuais que pensam para o governo não entenderem que é absolutamente impossível pensar o país nesta direção, não vai ter alterações significativas. Logo, todos serão beneficiados, negros e brancos, porque é conhecimento, e

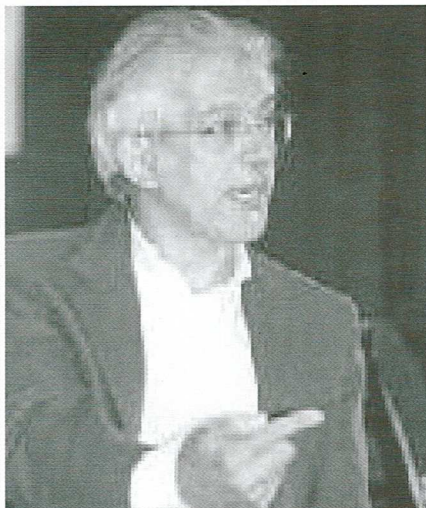


conhecimento não se subestima.

Essa lei vai contribuir para que a educação tenha compromisso no combate ao racismo?

Sim, porque tem horas que não dá para esperar muito que a sociedade se movimente. Há a necessidade, lamentavelmente, de que o Estado tente convencer a sociedade do mal que significa o não avanço dessas questões. Na medida em que nós nos convencemos de que estamos numa condição paradisíaca, que o Brasil é o paraíso das diferenças, o paraíso racial, o paraíso tudo, a gente não avança. Quando falo sociedade, falo inclusive das instituições. A instituição escola precisa se reeducar, porque a evasão, por exemplo, não é marcada só pelo traço econômico-social, existe um outro aspecto, que é o da anulação dos diferentes. A escola nega os diferentes, então os diferentes se evadem, porque entre outras coisas eles não se vêem representados na escola. Então por isso há evasão.

Entrevista com José Jorge de Carvalho:



Quais são os desafios do ensino de conteúdos relativos à história dos afro-descendentes?

Temos que começar a despertar vocações de pessoas que queiram fazer doutorado sobre temas de História da África, para que eles sejam os que, depois, ensinem aos alunos das universidades, que por sua vez ensinarão aos professores de segundo grau a ensinar História da África às crianças. Mas como é que se vai transformar isso em algo que os alunos percebam que é preciso saber? O desafio é, primeiro, justificar para a coletividade o ensino da História da África. Seria explicar aos alunos que nós somos, em grande parte, descendentes do continente africano, passar uma imagem positiva dessa descendência e gerar uma expectativa de conhecimento em relação a ela. Aí a disciplina faz sentido. A obrigação do conteúdo sem uma mudança na sensibilidade, nos valores, pode não funcionar didaticamente.

Os professores em geral dão apenas aula de História Geral - leia-se européia - e o que seria a História do Brasil - a história brasileira branca. Será que esses professores estão preparados? Quem, e a partir de que perspectiva, vai estar narrando essa História?

Esse seria o ponto seguinte depois da motivação; é uma revisão. Por exemplo, você tem um livro como O Trato dos Viventes, que é sobre a relação entre Brasil e Angola, que na verdade são duas peças de um mesmo conjunto. É necessário revisar esta relação e também a História do Brasil, que está cheia de mentiras, de noções muito deformadas em relação ao que era a África, até para justificar, por um lado a escravidão e, em segundo, a mestiçagem.

Qual a sua avaliação das políticas afirmativas para a questão racial nesta fase inicial do governo Lula e olhando para o futuro?

Ele começou "esquecendo" da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Porque na tran-

“ O desafio é, primeiro, justificar para a coletividade o ensino da História da África ”

sição dos governos, Matilde Ribeiro, que é ministra, trabalhou na preparação desta secretaria. Quando Lula anunciou todos os ministérios, não existiu essa secretaria. Então em março, ele finalmente assinou a portaria da secretaria de Políticas de

Promoção da Igualdade Racial, e ela é uma revolução na história brasileira. Quer dizer que não tem igualdade racial. Ela está encarregada de trabalhar também ao nível do governo, isto é, a igualdade racial tem de ocorrer também nos ministérios, no Itamaraty, no MEC, no MinC, em todas as áreas.

Como crítica às cotas, é comum o argumento de que o racismo deve ser combatido no ensino fundamental. Talvez essa lei seja uma resposta, um subsídio, pois está trabalhando a questão na base da educação, não só na universidade.

Sem querer desrespeitar as pessoas que dizem isso, eu acho que, primeiro, é um ato de total racismo em relação aos adultos dizer que teria de começar com o ensino fundamental. Como alguém em sua consciência pode propor que o importante é combater o racismo em escolas primárias, quando está falando com pessoas adultas, que continuam sendo vítimas de racismo? Tem que ser as duas coisas juntas. Assim, o estudo de história afriicana pode pegar tudo, da hierarquia mais alta da pesquisa, passando para professores da universidade e para o ensino médio e fundamental. Ele afeta a luta anti-racista em todas as áreas visto desse modo. Visto como pura obrigatoriedade é infeliz. Ele só faz sentido se for para sacudir o silêncio em relação à dívida brasileira com os negros no período pós-escravista.



Swai Teodoro, Camila Dutervil, Lucas de Paula, Luiz Carvalho e Telma Litwinczik são integrantes do Nzinga - DF

CASCA DE NOZ

por Lê Silva, integrante
do Nzinga - DF

Eu ouvi: A brisa é um presságio delicado
uma lembrança remota
espírito suave.
Ela penetra e permeia um corpo são, e
lá vive por um tempo, até a passagem de um
pensamento brusco.
Esse encontro é a gênese de um caos.
A brisa, agora é um sentimento compassivo.
O pensamento, comovido, se dissolve
e se propaga, para virar história.
Tudo no tempo de um sortilégio, em uma rasteira
no mato vivo e secreto da capoeira.

